

DOCUMENTO DE POSICIONAMENTO

**COLABORAÇÃO ENTRE OS
SETORES DE PROTEÇÃO DA
CRIANÇA E EDUCAÇÃO EM
SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA**



THE ALLIANCE
FOR CHILD PROTECTION
IN HUMANITARIAN ACTION



**Inter-agency
Network for Education
in Emergencies**

Publicado por:

Rede Interinstitucional para a Educação em situações de Emergência (INEE)
c/o Comité Internacional de Resgate
122 East 42nd Street, 12th floor
Nova Iorque, NY 10168
Estados Unidos da América

Aliança para Proteção da Criança na Ação Humanitária
c/o UNICEF
3 UN Plaza
Nova Iorque, Nova Iorque 10017

A INEE e a Aliança © 2020

**Licença:**

Este documento está licenciado sob uma licença Creative Commons AttributionShareAlike 4.0. É atribuído à Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) e à Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária

Citação sugerida:

Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) e Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária. (2020). Documento de Posicionamento: Colaboração Entre Proteção da Criança e Educação em Situações de Emergência. Nova Iorque, NY.

DOCUMENTO DE POSICIONAMENTO

Colaboração Entre os Setores de Proteção da Criança e Educação em Situações de Emergência

ÍNDICE

Acrónimos	3
Definições	4
Introdução	5
Sumário: Principais Conclusões e Recomendações	6
Contexto e Metodologia	8
Conclusões: Evidências que Apoiam a Fundamentação para a Colaboração entre a Proteção da Criança na Ação Humanitária e a EeE	9
Conclusões: Desafios e Oportunidades	11
Conclusões finais	17
Referências	18
Anexo 1: Entrevistas a Intervenientes-Chave	19
Anexo 2: Análise Documental	29

SOBRE

A Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) é uma rede internacional e aberta com uma comunidade de membros que trabalham em conjunto no âmbito de um quadro humanitário e de desenvolvimento, para assegurar que todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade, segura, relevante e equitativa. O trabalho da INEE baseia-se no direito à educação, que é fundamental.

A Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (Aliança) é uma rede global de organizações de implementação, instituições académicas, decisores políticos, entidades doadoras e profissionais. Apoia os esforços dos atores humanitários no sentido de garantir que as intervenções de proteção da criança sejam de alta qualidade e eficazes, em todos os contextos humanitários. A Aliança consegue isto sobretudo através da facilitação da colaboração técnica entre organizações e agências, incluindo a produção de requisitos e o desenvolvimento de ferramentas técnicas sobre a proteção da criança em todos os contextos humanitários.

Ambas as redes estão a trabalhar ativamente em conjunto para promover a colaboração e resposta integrada no âmbito da Educação em Situações de Emergência (EeE) e no âmbito da Proteção da Criança na Ação Humanitária.

O PROJETO DA PROTEÇÃO DA CRIANÇA NA AÇÃO HUMANITÁRIA E EeE

A INEE e a Aliança reconhecem que há uma necessidade de se unirem para refletir criticamente sobre as áreas de convergência entre os setores e apoiar melhor a colaboração intersectorial. Para tal, foi garantido financiamento para um projeto de dois anos para levar a cabo esse trabalho, sob a orientação de um Grupo Consultivo de várias agências.

AGRADECIMENTOS

Este Documento foi preparado por Mark Chapple em nome da INEE e da Aliança. A INEE e a Aliança desejam agradecer ao Grupo Consultivo da Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária - Educação em Situações Emergência (EeE), pelos seus valiosos contributos e comentários sobre este documento.

O desenvolvimento deste documento de posicionamento foi generosamente financiado com o apoio do Gabinete para a População de Refugiados e Migração do Departamento de Estado dos EUA, do Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês, da Save the Children Norway, da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, e da Porticus.

1. ACRÓNIMOS

ASE	Aprendizagem Social e Emocional
CPAoR	Área de Responsabilidade de Proteção da Criança, na sigla em inglês
CPHA	Proteção da Criança na Ação Humanitária, na sigla em inglês
CPMS	Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança, na sigla em inglês
EAC	Espaços Amigos da Criança
EeE	Educação em Situações de Emergência
EIC	Entrevistas a Intervenientes-chave
GEC	Cluster Global de Educação, na sigla em inglês
HRP	Plano de Resposta Humanitária
INEE	Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência
MRM	Mecanismo de Monitorização e Denúncia (em Graves Violações contra Crianças em Situações de Conflito Armado), na sigla em inglês
ONG	Organização Não-Governamental
PFA	Primeiros Socorros Psicológicos, na sigla em inglês
PGE	Parceria Global para a Educação
PSEA	Proteção contra Abuso e Exploração Sexual, na sigla em inglês
PRH	Parceria sobre Requisitos Humanitários
RM	Requisitos Mínimos para a Educação
RRD	Redução do Risco de Desastres
SMAP	Saúde Mental e Apoio Psicossocial
NWOW	Nova Forma de Trabalhar, na sigla em inglês

2. DEFINIÇÕES

O QUE É A PROTEÇÃO DA CRIANÇA NA AÇÃO HUMANITÁRIA?

A proteção da criança é a prevenção e a resposta às situações de abuso, negligência, exploração e violência contra crianças.

A proteção eficaz da criança assenta nas capacidades existentes e reforça a preparação antes da ocorrência de uma crise. Durante as crises humanitárias, as intervenções oportunas apoiam a saúde física e emocional, a dignidade e o bem-estar das crianças, famílias e comunidades. A Proteção da Criança na Ação Humanitária inclui atividades específicas levadas a cabo por atores locais, nacionais e internacionais da proteção da criança. Inclui também esforços de atores fora do âmbito da proteção da criança que procuram prevenir e combater as situações de abuso, negligência, exploração e de violência contra as crianças em contextos humanitários, seja por meio de um desenho de programas integrados ou convencional. (A Aliança, 2019)

O QUE É A EDUCAÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA?

A “Educação em Situações de Emergência” refere-se às oportunidades de aprendizagem de qualidade para pessoas de todas as idades em situações de crise, incluindo o desenvolvimento na primeira infância, educação primária, secundária, não formal, técnica, vocacional, superior e de adultos. A educação em situações de emergência oferece proteção física, psicossocial e cognitiva que pode sustentar e salvar vidas. As situações comuns de crise em que a educação em situações de emergência é essencial incluem conflitos, situações de violência, deslocamentos forçados, desastres e situações de emergência de saúde pública. A educação em situações de emergência é um conceito mais amplo do que a “resposta educativa de emergência”, que é uma parte essencial da primeira. (INEE, 2018)

TIPOS DE COLABORAÇÃO

A definição de generalização (mainstreaming), desenho de programas conjuntos e desenho de programas integrados conforme aparecem nos [Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança \(CPMS, na sigla em inglês\), Pilar 4](#) são destacadas abaixo:

FORMAS DE TRABALHO	IMPLICAÇÕES DO SETOR	FINALIDADE
Generalização da proteção da criança	Específico do setor: ações realizadas dentro de um setor específico.	Promover um ambiente seguro, digno e protetor, e para melhorar o impacto de todos os atores humanitários, aplicando o princípio de não causar dano e reduzindo de forma proativa os riscos e danos..
Desenho de programas conjuntos	Os setores mantêm os seus próprios objetivos, enquanto planeiam e implementam em conjunto certos aspetos dos seus programas.	Alcançar um resultado de proteção a par de resultados para outros setores, otimizando, simultaneamente, recursos, acesso, capacidade operacional, etc.
Integração (Desenho de programas integrados)	Favorecer o planeamento, a implementação, o monitorização e a avaliação coletivas em detrimento do setor específico. Uma compreensão holística do bem-estar da criança é o ponto de partida para a ação, com a utilização de especialidades setoriais para atingir esse objetivo.	Alcançar resultados coletivos para as crianças através de uma avaliação deliberada e conjunta, definição de metas, planeamento, implementação e monitorização em todos os setores.

3. INTRODUÇÃO

Integrar a proteção da criança e a educação cria um ciclo de reforço mútuo que pode reduzir a vulnerabilidade das crianças em situações de emergência. Uma educação de qualidade aumenta a resiliência das crianças e das famílias na adversidade, capacita as crianças e promove um ambiente protetor. Um ambiente livre de abuso infantil, negligência, violência ou exploração promove uma educação de qualidade. A integração de programas, políticas e requisitos mínimos de proteção da criança e educação maximiza os recursos disponíveis para melhor responder aos desafios e riscos multifacetados que as crianças enfrentam em contextos humanitários. (A Aliança, 2018)

A Proteção da Criança na Ação Humanitária (CPHA) e a Educação em Situações de Emergência (EeE) são áreas altamente complementares na resposta humanitária. Ao nível conceptual, de desenho/conceção de programas e operacionalmente, os dois setores têm muito em comum: ambos estão focados na criança, ambos são prioridades para as populações afetadas e, através da colaboração, podem reforçar os resultados setoriais um do outro.

Muitos atores humanitários e de desenvolvimento reconheceram essa interdependência e desenvolveram orientações para os e as profissionais, e definiram também políticas e procedimentos que promovem a conceção/desenho de programas de forma integrada ou conjunta entre os dois setores, como a Abordagem Comum de Escolas Seguras da Save the Children; Espaços Seguros de Recuperação e Aprendizagem do IRC (Comité Internacional de Resgate) e o Programa de Melhor Aprendizagem do Conselho Norueguês de Refugiados (NRC, na sigla em inglês). A INEE e a Aliança, bem como o Cluster Global de Educação (GEC) e a Área de Responsabilidade da Proteção da Criança começaram também a trabalhar em iniciativas que visam aproximar os setores. No entanto, apesar destes esforços louváveis, tal ainda tem que ser feito sistematicamente em todos os níveis de uma resposta, desde as estratégias das entidades doadoras, passando pela coordenação, até à implementação e monitorização.

Este documento tem como objetivo explorar o argumento de que o desenho de programas de forma integrada e conjunta entre a Proteção da Criança

na Ação Humanitária e a EeE acrescenta valor, não apenas às pessoas beneficiárias, mas também aos prestadores de serviços e entidades doadoras. Como parte do processo de desenvolvimento deste documento, foi realizada uma análise documental abrangente, juntamente com uma série de Entrevistas a Intervenientes-chave (EIC) com atores de ambos os setores (Ver Anexos [1](#) e [2](#)). Esta investigação oferece uma análise atualizada da situação atual, refletindo sobre iniciativas passadas e presentes para destacar áreas de colaboração bem-sucedida e boas práticas de integração, e determina onde melhor concentrar esforços para encorajar um trabalho intersectorial mais próximo.

A investigação revelou uma grande boa vontade entre profissionais, doadores e redes, e um desejo claro de trabalhar de forma mais estreita, para apoiar e promover o desenho de programas conjuntos e integrados em todas as etapas. É fundamental capitalizar isto à medida que o trabalho avança, para manter o ímpeto e expandir o apoio.

Com base na investigação, este documento resume as evidências disponíveis que apoiam a colaboração e integração entre os setores, fornecendo uma base lógica para o trabalho intersectorial com base no bem-estar da criança e no desenvolvimento holístico. As secções subsequentes sintetizam as evidências, incluindo um resumo dos desafios e oportunidades, e apresentam recomendações claras que traçam o caminho a seguir para uma colaboração sistemática e planeada.

4. SUMÁRIO: PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O desenho de programas conjuntos e integrados pode resultar em programas mais eficientes, direcionados e eficazes que, em última análise, resultam em melhores resultados para as crianças e jovens.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- A integração de programas de proteção da criança nos programas educativos pode ajudar a mitigar os riscos de proteção, melhorar o bem-estar geral da criança e levar a melhores resultados educativos.
- Trazer um foco na educação para os programas de proteção da criança pode aumentar o número de matrículas e a retenção nos programas educativos.
- O desenho de programas conjuntos e integrados apoia e incentiva uma abordagem centrada na criança para a resposta humanitária, que pode evitar que crianças e jovens “escapem através das lacunas” entre os serviços.
- O desenho de programas conjuntos e integrados pode maximizar o impacto das intervenções em vários setores.
- O desenho de programas conjuntos e integrados pode ser económica e evitar a duplicação em alguns contextos.
- Existe evidência do acréscimo de valor do desenho de programas conjuntos ou integrados em contextos de crise, mas é limitada.
- A colaboração intersetorial alinha-se com os esforços atuais para transformar a prestação do trabalho humanitário, incluindo a Nova Forma de Trabalhar¹, onexo entre ação humanitária e desenvolvimento, e a agenda de localização.
- As escolas e outros centros de aprendizagem nem sempre podem ser protetores e, de facto, podem ser a fonte dos riscos de proteção da criança; a colaboração entre as e os profissionais de Proteção da Criança na Ação Humanitária e EeE deve incluir um foco na segurança em centros de educação formal e informal.

¹ [A Nova Forma de Trabalhar \(NWOW, na sigla em inglês\)](#) é um esforço liderado pela ONU que visa não só responder às necessidades humanitárias, mas também reduzir as necessidades, os riscos e a vulnerabilidade. Os elementos fundamentais incluem: Os resultados coletivos; As análises de risco e contexto comum dos atores humanitários, de desenvolvimento, políticos e de segurança; Uma gama diversificada de parceiros que trabalham de forma colaborativa com base na sua vantagem comparativa; Os prazos plurianuais para a análise, a elaboração de estratégias, a planificação e financiamento das operações

RECOMENDAÇÕES

- As agências de implementação, redes, grupos, entidades doadoras e ministérios do governo devem criar, implementar e investir na colaboração entre a Proteção da Criança na Ação Humanitária e a EeE.
- As entidades doadoras devem investir em análise, avaliação e investigação adicionais para desenvolverem evidências sobre o valor acrescentado do desenho de programas conjuntos e integrados, especificamente em contextos de crise.
- Muitas agências desenvolveram diretrizes para o desenho de programas conjuntos ou integrados, mas há uma necessidade clara de um enquadramento operacional que sistematize a colaboração entre os dois setores.
- Muitas diretrizes existentes focam-se na integração da proteção da criança na educação. Há uma necessidade de diretrizes que incluam o apoio às e aos profissionais de Proteção da Criança na Ação Humanitária, para ligar a conceção de programas especializados com a melhoria do acesso e retenção na educação.
- Deve ser desenvolvida uma Teoria de Mudança conjunta, marcada pela clareza das definições partilhadas e pelo enquadramento dos indicadores associados, para ajudar a promover uma melhor colaboração. Isto deve ter por base os [Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança](#) (CPMS, na sigla em inglês) e nos [Requisitos Mínimos da INEE para a Educação: Preparação, Resposta e Reconstrução](#) (RM), e deve ser usada uma abordagem focada no bem-estar e baseada nos direitos que promova o desenvolvimento saudável.

5. CONTEXTO E METODOLOGIA

Em outubro de 2018, a INEE e a Aliança, em parceria com o Elevate Children Funders Group e o International Education Funders Group, realizaram uma mesa redonda conjunta em Nairóbi. O tema deste evento de dois dias foi “ Um Quadro de Colaboração entre a Proteção da Criança e a Educação em Contextos Humanitários. “ O evento reuniu 250 profissionais, investigadores/as, entidades doadoras e decisoras e decisores políticos de ambos os setores para analisar as barreiras à colaboração e integração eficazes e discutir exemplos de boas práticas, com o objetivo de desenvolver um consenso em torno do conteúdo de um quadro de colaboração. Os atores de ambos os setores estavam entusiasmados com a colaboração, mas relataram níveis insatisfatórios de colaboração sistemática na prática, observando que, em geral, esta era mais comum ao nível do terreno do que na sede das suas organizações, e que havia ainda espaço para uma grande melhoria.²

Com base na Mesa Redonda, foram realizados estudos adicionais pela INEE e pela Aliança para informar este documento. De abril a junho de 2020, foi realizada uma abrangente análise documental de 42 fontes, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento deste documento, bem como para informar o Quadro de Colaboração e outros produtos desenvolvidos em ambas as redes. Foi realizada com o objetivo de entender que colaboração foi levada a cabo entre a Proteção da Criança na Ação Humanitária e a EeE até à data, através da identificação dos recursos existentes nos campos académico, humanitário e de desenvolvimento, incluindo literatura académica e cinzenta, bem como diretrizes e quadros organizacionais, incluindo exemplos de boas práticas. Como os produtos do projeto se destinam a profissionais, a Análise Documental focou-se nas ações e diretrizes práticas, incluindo escalabilidade e sustentabilidade, em vez de investigação

académica aprofundada. [\(Consulte o Anexo 2 da Análise Documental sobre Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE\)](#)

Paralelamente com a análise documental, foram realizadas quarenta e três entrevistas a EIC, de março a junho de 2020, recorrendo a pessoas inquiridas de Organizações Não-Governamentais (ONG) internacionais e nacionais, agências da ONU, entidades doadoras e universidades. A maioria era proveniente de redes e estavam estabelecidas na sede principal/Norte, refletindo a natureza do projeto ao abranger a INEE e a Aliança e discussões aprofundadas com as pessoas coordenadoras e facilitadoras de múltiplos espaços de rede. Das ONG, entidades doadoras e consultores/as, houve uma representação muito melhor das posições regionais ou de terreno. [\(Consultar o Anexo 1 EIC da Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE\)](#)

As entrevistas foram concebidas para apoiar as linhas de investigação deste documento, bem como para definir a direção da futura colaboração entre a INEE e a Aliança. Foi pedido às pessoas entrevistadas que identificassem:

1. Trabalho organizacional atual relacionado com a integração
2. Principais desafios à integração
3. Lacunas
4. Qual deveria ser o foco do projeto? (oportunidades e soluções)
5. Apoio organizacional ao trabalho colaborativo futuro

A análise documental e as EIC produziram uma série de conclusões, incluindo evidências que sustentam a base lógica para a colaboração entre os setores, desafios a serem resolvidos para que haja uma colaboração significativa e oportunidades para apoiar o trabalho intersetorial no futuro.

2 Estas conclusões foram retiradas de estudos e conclusões das consultoras independentes Manuela De Gaspari e Serena Zanella

6. **CONCLUSÕES:** EVIDÊNCIAS QUE APOIAM A FUNDAMENTAÇÃO PARA A COLABORAÇÃO ENTRE A PROTEÇÃO DA CRIANÇA NA AÇÃO HUMANITÁRIA E A EeE

O reforço da colaboração entre os atores da proteção da criança e da educação pode:

- Fortalecer a resiliência das crianças;
- Apoiar o desenvolvimento psicossocial, cognitivo e físico;
- Mitigar os riscos de proteção;
- Apoiar as relações positivas entre pares e a coesão social; e
- Promover competências essenciais de vida que apoiem as capacidades e a confiança das crianças.

(A Aliança, 2019)

Ao longo das primeiras décadas do século XXI, houve um aumento das situações de emergência complexas e de crises prolongadas em todo o mundo (Sova, 2017). Estas situações apresentam múltiplos riscos ao bem-estar e desenvolvimento de crianças e jovens afetados. Estes riscos enfatizam a necessidade de colocar a proteção no centro de todas as respostas humanitárias, de acordo com a declaração do Comité Permanente Interagências (IASC, 2013) sobre a Centralidade da Proteção: “A proteção de todas as pessoas afetadas e em risco deve informar a tomada de decisões e a resposta humanitária, incluindo o envolvimento com os Estados e partes não estatais em conflito. Deve ser central nos nossos esforços de preparação, como parte das atividades imediatas e que salvam vidas, e durante toda a resposta humanitária e para além dela.”

Nos últimos 20 anos, houve um aumento da profissionalização, e também um investimento na Proteção da Criança e na Educação em Situações de Emergência. A educação é um dos setores dentro dos programas do governo nacional - mesmo em contextos de crise - com o maior alcance direto para as crianças, geralmente à escala nacional, e fornece uma via única para o setor de proteção da criança aceder e apoiar a melhoria do bem-estar das crianças e jovens. Paralelamente, os programas de proteção à criança apoiam frequentemente as crianças sem acesso à educação e fornecem serviços especializados a crianças afetadas, o que possibilita que permaneçam ou retomem a aprendizagem.

As intervenções especializadas e destinadas à proteção da criança não são apenas cruciais para proteger as crianças, e os programas de educação em situações de emergência não são apenas necessários para garantir o desenvolvimento cognitivo e social seguro das crianças; juntos, estes são componentes-chave na promoção do desenvolvimento infantil saudável e são um investimento crucial no futuro bem-estar e estabilidade das comunidades afetadas. Ao colaborar em contextos de crise, os dois setores podem maximizar a sua capacidade de prevenir riscos, de responder às necessidades de proteção das crianças e promover os direitos e o bem-estar das crianças. Como afirma a Comissão Europeia (ECHO, 2019):

As intervenções de educação e proteção integradas oferecem oportunidades para prevenir e responder aos impactos negativos de uma crise no bem-estar psicossocial da criança. Isto, por sua vez, pode possibilitar que as crianças continuem a desenvolver as competências necessárias para estabelecer e manter relacionamentos e perspetivas essenciais que podem ser os alicerces da cura individual e coletiva, da resiliência e da coesão social.

A investigação levada a cabo para este documento destaca o desejo dos dois setores em trabalharem de forma mais estreita, fornece evidências dos benefícios do trabalho intersectorial e define algumas áreas claras de colaboração e integração ao nível do desenho de programas.

O foco no bem-estar da criança, no âmbito de um enquadramento dos direitos da criança, é uma perspetiva crucial para abordar a colaboração significativa entre os setores. Esta perspetiva incentiva os atores a concentrarem-se no impacto das suas intervenções sobre o bem-estar geral da criança e a procurarem trabalhar de forma holística, em vez de permanecerem limitados às especificidades dos seus setores. Numa análise da sua resposta ao Furacão Maria,³ a UNICEF conclui que “Uma abordagem integrada para os direitos das crianças possibilita um desenho de programas económico, que apoia a promoção holística dos direitos da criança, evita a duplicação e acelera a recuperação em tempos de situações de emergência.” (UNICEF, 2018)

Embora as evidências de contextos não-humanitários sugiram que existe um valor acrescentado significativo no desenho de programas integrados, um desafio fundamental que dificulta o desenvolvimento de recomendações conclusivas relativas a contextos de crise é a quantidade limitada de investigação e evidências disponíveis. De facto, investir em investigação e geração de evidências é, por si só, uma recomendação importante. Existem alguns resultados de estudos que apoiam a integração, por exemplo, numa análise do programa “Aprender a Ler numa Sala de Aula de Cura” do Comité Internacional de Resgate na República Democrática do Congo, (Aber et al., 2017) é destacado “que melhorar o cuidado e o apoio das ecologias escolares pode ser um alvo viável e promissor para os esforços de base escolar para melhorar a aprendizagem nos contextos afetados por conflitos.” Alinhados com esta ideia, uma série de artigos analisados na [Análise Documental da Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE](#) demonstram ou sugerem evidências que apoiam as seguintes conclusões:

- O desenho de programas integrados pode melhorar o bem-estar da criança.
- Integrar elementos da proteção da criança como o AP e a ASE na programação da educação pode ajudar a melhorar os resultados de aprendizagem.
- O desenho de programas integrados apoia e incentiva uma abordagem à resposta humanitária que é centrada na criança, o que pode evitar que as crianças e jovens “escapem pelas lacunas” entre os serviços e pode maximizar o impacto de múltiplas intervenções do setor.
- A programação da educação pode ser “preventiva” e ajudar a mitigar certos riscos de proteção da criança
- A programação da Proteção da Criança pode apoiar o acesso das crianças e jovens à educação, e pode reduzir o abandono escolar.
- O foco na melhoria do bem-estar nas ecologias familiares e sociais pode ter um impacto positivo nos resultados de aprendizagem.
- O desenho de programas integrados pode ser eficaz em termos de custos e prevenir a duplicação.
- A integração alinha-se com os atuais esforços para transformar a prestação de serviços humanitários, incluindo a Nova Forma de Trabalhar, que visa ligar o nexo humanitário e de desenvolvimento e a agenda de localização.

Várias pessoas entrevistadas e recursos revistos destacam alguns pontos a ter em atenção sobre o esforço de integração. Alguns e algumas profissionais temem que a integração entre os setores resulte na perda de especialização técnica, e é necessária a garantia de que as especializações em cada setor serão mantidas e de que são essenciais para fortalecer o desenho de programas integrados ou conjuntos. Foi também observado que, muitas vezes, existe a suposição de que as escolas são ambientes essencialmente protetores, mas isso pode não ser sempre o caso e, de facto, as escolas podem ser a fonte de riscos de proteção da criança. Finalmente, um desenho de programas de forma totalmente integrado não é apropriado em todas as circunstâncias e depende do contexto, em particular das capacidades e estratégias locais e nacionais, dos planos nacionais / de resposta e das capacidades das agências que respondem. Nestes casos, pode ser considerado o desenho de programas conjuntos ou mesmo os programas de co-localização.

3 O Furacão Maria foi um furacão de categoria 5 que devastou a Dominica, Saint Croix e o Porto Rico em setembro de 2017

7. CONCLUSÕES: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Os resultados da Análise Documental e das EIC destacam alguns dos principais desafios que ainda impedem a colaboração entre os setores, e sugerem também formas de abordar estes mesmos desafios.

DESAFIOS



Fragmentação: A maioria das pessoas entrevistadas disse que o principal desafio no que toca a integrar a Proteção da Criança na Ação Humanitária e a EeE é a fragmentação inerente à arquitetura humanitária existente, desde a análise setorial das respostas, incluindo o sistema de cluster, por meio de ONG e estruturas da ONU, até fontes de financiamento de entidades doadoras e ministérios do governo nacional.



Entidades Doadoras: As entidades doadoras são vistas como cruciais no incentivo e apoio ao desenho de programas integrados e devem promover a integração e a geração de evidências, inicialmente, talvez através de projetos piloto.



Financiamento: As e os entrevistados sublinharam a lacuna de financiamento em ambos os setores, o que significa que não há dinheiro suficiente para desenvolver programas de forma eficaz à escala, e muito menos um desenho de programas integrados de forma abrangente. Existem também desafios no que toca a trabalhar nos dois setores com custos diferentes por criança. A Proteção da Criança visa particularmente a pessoa individual, sendo a EeE um serviço mais universal.



Evidências: São necessárias evidências adicionais para demonstrar o valor acrescentado ou a eficácia do desenho de programas integrados em contextos de crise para apoiar a sua aceitação/ adesão.



Capacitação: As iniciativas de capacitação intersectorial são limitadas e devem ser priorizadas como parte de qualquer estratégia destinada a unir os setores.

DESAFIOS



Orientação a Nível de Terreno: Há uma clara necessidade de orientação a nível de terreno sobre a colaboração intersectorial: um recurso prático e fácil de usar, que os e as profissionais possam aceder, navegar e usar facilmente.



Indicadores – Quadro Conjunto de Resultados: O desenvolvimento de um Quadro Conjunto de Resultados é considerado fundamental para o sucesso da colaboração intersectorial. Os resultados partilhados possibilitarão o planeamento conjunto de projetos, apoiando a integração desde o nível de terreno até ao desenvolvimento das estratégias. Isto deve ser fundamentado nos direitos da criança e deve basear-se nos Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança na Ação Humanitária e nos RM da INEE nos quadros de indicadores que os acompanham.



Colaboração entre a INEE e a Aliança: Muitas das pessoas entrevistadas disseram que a INEE e a Aliança deveriam trabalhar de forma mais próxima em geral, e que os Espaços de Rede que trabalham em projetos semelhantes poderiam reunir-se regularmente para garantir que os seus trabalhos se cruzassem uns com os outros, assim como para partilhar aprendizagem intersectorial e haver apoio entre pares.



Orientação para Entidades Doadoras: Deve ser desenvolvida uma orientação para as entidades doadoras sobre o que compreende um desenho de programas integrados de qualidade. As inquiridas e inquiridos disseram também que as entidades doadoras estão numa posição ideal para serem a força motriz por detrás da promoção e generalização da integração.



Revisão dos Requisitos Mínimos (RM) da INEE: A Proteção da Criança deve ser muito mais referenciada de perto e incorporada nos RM da INEE. Isto teria um enorme impacto na integração da Proteção da Criança na EeE entre os e as profissionais da EeE. A INEE e os Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança (CPMS) são ambos membros da Parceria sobre Requisitos Humanitários e devem continuar a colaborar através deste fórum e para além dele durante o processo de revisão dos RM da INEE.



Reforço do sistema: Dado o papel cada vez mais central que os Governos Nacionais desempenharão nas respostas humanitárias, o trabalho conjunto intersectorial no Reforço do Sistema deve ser um dos principais focos de colaboração. É necessária uma estreita coordenação entre todo o “nexo” e os atores de desenvolvimento para assegurar a sustentabilidade e o impacto a longo prazo.



Bem-estar/Centrada na Criança: A centralidade do trabalho através de uma ótica de bem-estar, com foco no desenvolvimento da saúde, é fundamental para a prática integrada, e é considerada essencial pelo Grupo Consultivo para a Proteção da Criança na Ação Humanitária bem como pela INEE e pela Aliança.

OPORTUNIDADES DE COLABORAÇÃO

Além de reunir redes globais de atores, a Aliança e a INEE são responsáveis por facilitar processos para acordar requisitos operacionais globalmente reconhecidos nos seus respetivos domínios: [Os Requisitos Mínimos para a Protecção da Criança](#) (CPMS, na sigla em inglês) e os [Requisitos Mínimos da INEE para a Educação: Preparação, Resposta e Reconstrução](#) (RM da INEE). Juntos, estes requisitos fornecem a base para uma resposta humanitária baseada nos direitos e centrada na criança, e são amplamente utilizadas por profissionais em todo o mundo, incluindo entidades doadoras, ministérios do governo e outras autoridades, agências das Nações Unidas e ONG locais e internacionais. Tanto a INEE como a Aliança são membros-chave da Parceria sobre Requisitos Humanitários da Esfera. O objetivo da Parceria é melhorar a qualidade e a responsabilidade da ação humanitária em todos os setores e promover uma abordagem harmonizada para assim apoiar os utilizadores na aplicação dos requisitos.

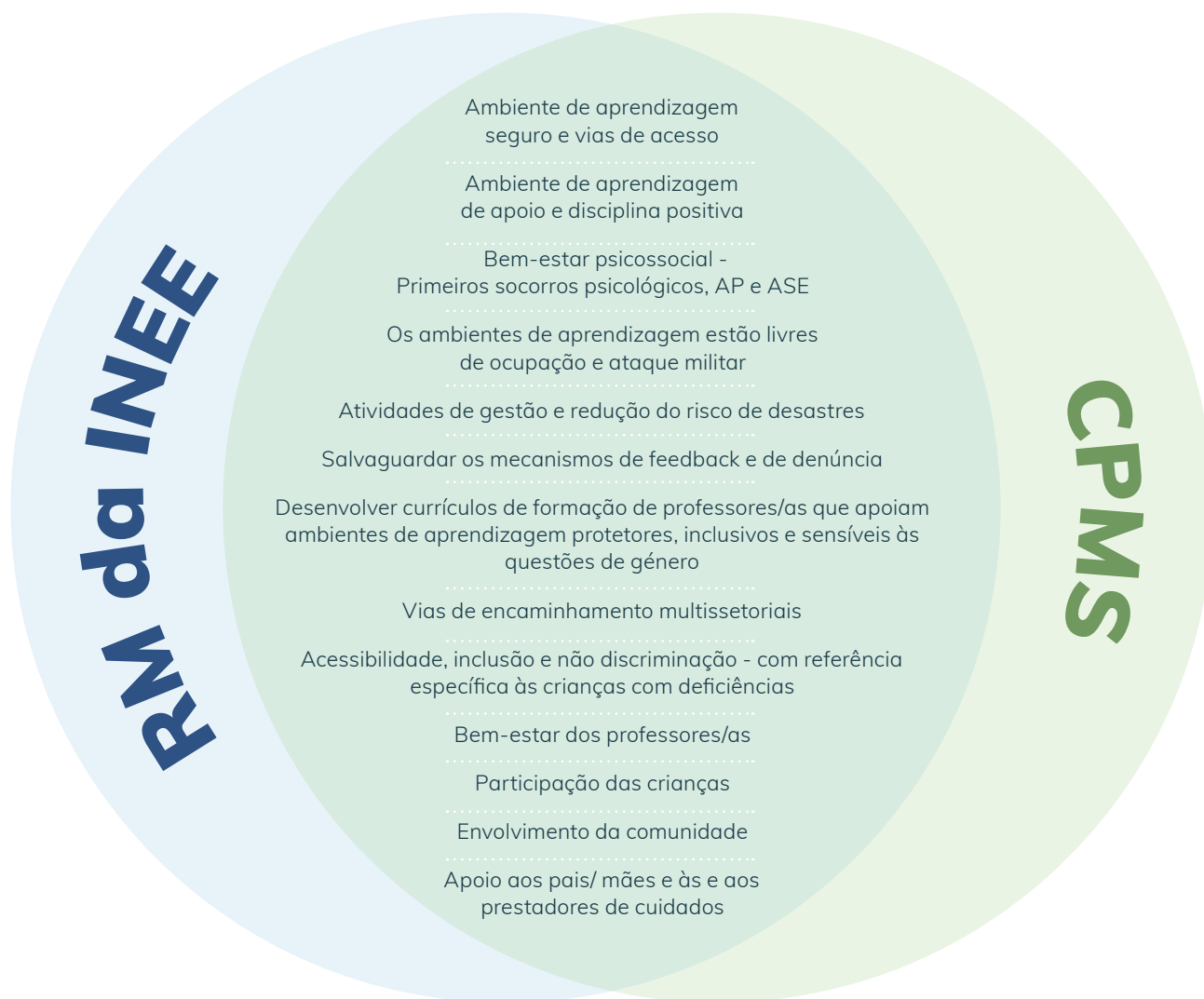
Ambos os conjuntos de requisitos partilham bases comuns numa abordagem baseada nos direitos e na Carta Humanitária, e também se sobrepõem nos seus respetivos enquadramentos conceptuais, particularmente no Princípio de Sobrevivência e Desenvolvimento dos CPMS, e no Domínio do Acesso e Ambiente de Aprendizagem dos RM da INEE. No entanto, estes são divididos em requisitos mais específicos que encorajam o trabalho intersectorial e registam a interligação dos dois setores. Isto está explicado de forma mais clara na última versão do CPMS no Requisito 23:

Existem muitas ligações naturais entre a protecção da criança e a educação. A falta de acesso à educação tem um impacto negativo direto no bem-estar e desenvolvimento das crianças. As crianças que estão fora da escola podem ver-se confrontadas com maiores riscos de protecção da criança. As preocupações com a protecção da criança podem impedir as crianças de aceder à educação ou podem diminuir os resultados educativos.

(A Aliança, 2019)

Os RM da INEE, por sua vez, abarcam a Protecção da Criança sob o Domínio do Acesso e Ambiente de Aprendizagem, Requisito 2: Protecção e Bem-Estar, que visa assegurar que “Os ambientes de aprendizagem são seguros e protegidos, e promovem a protecção e o bem-estar psicossocial dos alunos/as, professores/as e outros técnicos de educação”. (INEE, 2010)

Considerando o conteúdo dos requisitos relacionados de cada RM, é possível traçar um consenso nas atividades sobrepostas e no foco do trabalho intersectorial. As atividades do diagrama são sintetizadas a partir dos dois conjuntos de requisitos para melhor ilustrar estas abordagens partilhadas:



Esta convergência fornece uma base clara para o desenvolvimento de um quadro que apoia um desenho de programas integrados de forma sistemática que pode ser construído a partir da utilização de boas práticas do terreno.

As atividades aqui destacadas concentram-se na integração da proteção da criança no desenho de programas educativos. Os pontos de vista dos e das profissionais salientam que esta abordagem já ganhou força com muitas ONG, agências da ONU e entidades doadoras, apesar das diferenças de abordagem. É agora considerado parte do desenho de programas educativos de qualidade incluir a formação sobre proteção para os professores e professoras, componentes de AP/ASE para os alunos e alunas e assegurar que, no mínimo, os edifícios são seguros e acessíveis. Muitos e muitas profissionais da educação já estão a pensar e a planear os riscos e os resultados da proteção da criança, mas continuam a existir

lacunas significativas. As dimensões de reforço mútuo destes resultados precisam de ser reforçadas e as/os profissionais de Proteção da Criança precisam ser apoiados para pensar e planear mais sistematicamente em torno do acesso e dos resultados relacionados com a aprendizagem. Ambas as dinâmicas (Proteção da Criança na Ação Humanitária => EeE e EeE => Proteção da Criança na Ação Humanitária) podem ser enriquecidas e apoiadas pela consideração e adaptação de diferentes descobertas e abordagens de terreno.

A Análise Documental apontou para um consenso claro entre vários recursos no que diz respeito ao que deve ser incluído nos componentes centrais do desenho de programas integrados. As abordagens diferem consoante a educação ou a proteção da criança constituem o foco substancial do desenho de programas.

INTEGRAÇÃO DA PROTEÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO

“A proteção da criança deve ser parte integrante de todas as atividades educativas em situações de emergência, e deve ser um critério fundamental na aprovação de um programa pelo pessoal das ONG, governos de acolhimento e entidades doadoras”

-Nicolai et Tripplehorn, 2003

Os componentes do desenho de programas integrados recomendados são aprofundados a seguir. Note-se que a concretização de alguns componentes pode ficar ao abrigo da área técnica de EeE ou de Proteção da Criança e requerer especialistas formados/as para a sua implementação. No entanto, em geral, a implementação deve ser um esforço de colaboração, aproveitando as especialidades de cada setor para assegurar uma concretização eficaz e de elevada qualidade:

- Bem-estar psicossocial
 - Intervenções estruturadas e não estruturadas de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAP) para crianças, adolescentes e/ou prestadores/as de cuidados - incluindo programas sustentados ou baseados em currículos ou atividades recreativas supervisionadas.
 - Provisão de Aprendizagem Social e Emocional (ASE)
 - Primeiros Socorros Psicológicos
 - (Nota da Saúde Mental, AP e Primeiros Socorros Psicológicos estruturados requerem pessoal especializado altamente formado em Proteção da Criança.)
- Vias de encaminhamento multissetoriais: Encaminhamento de crianças em risco ou sobreviventes de riscos à proteção da criança para outros serviços especializados (tais como gestão de casos e aconselhamento). Isto pode ser oferecido no local ou através de outro local/ator. Se a gestão de casos for no local, então os e as assistentes sociais devem ser atribuídos a cada centro, e o espaço deve incluir espaços de trabalho confidenciais e armazenamento de ficheiros de casos.
- A divulgação e consciencialização comunitárias, tais como o apoio a abordagens de proteção infantil a nível comunitário, sensibilização para a proteção da criança e educação em risco.
- Programas de apoio às e aos prestadores de cuidados, incluindo programas parentais positivos baseados em currículos, SMAP, proteção da criança e formação em proteção.
- Mensagens de proteção da criança na sala de aula, incluindo a compreensão do conceito da proteção da criança e de como sinalizar situações de risco; prevenção da exploração, separação e tráfico; proteção contra a exploração e abuso sexual (PSEA, na sigla em inglês); e redução do risco de desastres (RRD), como a educação sobre o risco das minas.
- Educação Sensível às Questões de Conflito e Educação para a Paz: Trabalhar com atores de proteção da criança para considerar como os programas de educação podem reduzir as tensões e aumentar a coesão da comunidade.
- Currículos de formação de professores/as que apoiem ambientes de aprendizagem mais protetores, tais como formação de professores e professoras sobre como se proteger, proteção da criança, não-discriminação, abordagens sensíveis às questões de género, criação de ambientes de aprendizagem positivos e disciplina positiva.
- Salvaguardar o feedback e os mecanismos de informação.
- Vias de acesso e ambiente de aprendizagem seguros: as escolas estão livres de perigos e incentivam a aprendizagem. As crianças sentem-se seguras nas viagens de ida e volta da escola. Os riscos de proteção da criança caracterizam a preparação para catástrofes e planeamento de contingência.
- O bem-estar dos professores/as é reconhecido, encorajado e apoiado através de práticas de emprego, redes de apoio e formação em auto-cuidado (incluindo AP).

- Os ambientes de aprendizagem estão livres de ocupação e ataque por grupos armados. Isto pode ser apoiado através de negociações comunitárias e é denunciado através do Mecanismo de Monitorização e Denúncia (MRM, na sigla em inglês)⁴ (ou outros mecanismos relevantes, dependendo do contexto). As crianças são protegidas contra o recrutamento para grupos armados.
- Acessibilidade e não-discriminação, assegurando que as instalações escolares, a matrícula e o acesso são inclusivos para todas as crianças independentemente da capacidade, raça, etnia, género, identidade sexual, ou outras características.

INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA PROTEÇÃO DA CRIANÇA

Ao abordar os fatores externos e riscos de proteção na vida de uma criança, as organizações podem melhorar o acesso à educação. Os e as profissionais de Proteção da Criança podem assegurar isto através de programação orientada, mecanismos de encaminhamento (para a educação e outros serviços) e trabalho em estreita colaboração com as instituições educativas. O foco de tais intervenções envolve abordar:

- Trabalho infantil - apoiar as crianças e as suas famílias para que possam abandonar o local de trabalho e entrar no sistema de educação.
- Práticas Tradicionais Prejudiciais - prevenção do casamento infantil, mutilação genital feminina, violência baseada no género, discriminação com base no género e a desigualdade de género podem possibilitar que as crianças, particularmente as raparigas, frequentem a escola.
- Problemas de Integração e Exclusão Escolar - barreiras linguísticas, diferenças culturais, discriminação e desafios no acesso.
- Crianças em risco de desistência - identificação intersetorial, apoio e encaminhamento para serviços de apoio adicionais.
- Crianças que têm estado fora da escola a longo prazo - apoiando o acesso e a oferta de educação não-formal e alternativa, incluindo programas de educação acelerada e de recuperação.
- Bem-estar Psicossocial - assegurar a provisão de programas de AP adequados, incluindo um enfoque no nível 3: apoios focalizados, não especializados.
- Saúde e deficiência - adotando uma abordagem multissetorial para apoiar crianças com deficiência ou condições de saúde subjacentes a ter acesso a serviços de educação adequados.
- Falta de Documentação – ações de advocacy conjunta da Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE com as autoridades locais e instituições educativas para possibilitar flexibilidade na documentação necessária ao acesso à educação ao nível apropriado, particularmente para crianças deslocadas, migrantes ou refugiadas, bem como certificação reconhecida para oportunidades de aprendizagem alternativas.
- Proteção Social - abordar a pobreza enquanto barreira ao acesso e frequência através de transferências monetárias direcionadas ou condicionais, e advocacy do acesso a redes de segurança social para crianças e famílias afetadas por crises.
- Comunidades e vias de acesso seguras - trabalhar com as comunidades para tornar as vias de e para a escola seguras para crianças e jovens.

TRABALHO COLABORATIVO

Certas atividades podem ser empreendidas por ambos os setores para apoiar a incorporação sistémica da integração e da colaboração:

- Coordenação: colaboração através de clusters e outros mecanismos de coordenação, incluindo em contextos de pessoas refugiadas
- Mobilização de recursos
- Definição dos resultados conjuntos nos Planos de Resposta Humanitária
- Avaliação conjunta, monitorização e comunicação
- Atividades de informação e de sensibilização
- Advocacy
- Capacitação e partilha de conhecimentos

Muitos destes pontos sobre o trabalho colaborativo são reconhecidos e desenvolvidos no recentemente lançado [Quadro de Colaboração na Coordenação da Proteção da Criança e da EeE](#) uma iniciativa conjunta do Cluster Global de Educação (GEC, na sigla em inglês) e da Área de Responsabilidade de Proteção da Criança. O Quadro apoia a colaboração previsível e coerente ao longo do Ciclo de Programa Humanitário para alcançar respostas humanitárias eficientes, eficazes e responsáveis no âmbito de diferentes clusters. Baseia-se nas práticas promissoras de membros do cluster provenientes de mais de 20 contextos. O Quadro e o pack da Colaboração na Coordenação no âmbito da Proteção da Criança e da EeE destinam-se, principalmente, a Coordenadores/as de Clusters e Responsáveis pela Gestão de Informação. A INEE e a Aliança têm trabalhado em estreita colaboração com o GEC e a Área de Responsabilidade de Proteção da Criança (CPAoR) para assegurar que quaisquer recursos produzidos por ambos remetam e abranjam este quadro, e vice-versa.

8. CONCLUSÃO

Há uma clara mais-valia, assim como evidentes benefícios na colaboração entre todo o domínio da proteção da criança e da educação em situações de emergência, devendo avançar-se para o desenho de programas integrados quando apropriado. Os benefícios são não apenas para as crianças e jovens afetados, que assistirão a uma melhoria do seu bem-estar e das condições de aprendizagem, mas também para as e os prestadores de serviços, que assistirão a uma melhoria da provisão de serviços, economia de custos e maior impacto. As entidades doadoras, agências multilaterais, ONG e governos nacionais devem portanto criar, apoiar e financiar programas integrados e conjuntos em contextos de crise, colaborando com todos os setores para maximizar o impacto sobre as crianças e jovens.

A investigação destaca a boa vontade de ambos os setores e o desejo de avançar com mais colaboração, o que pode ser capitalizado. No entanto, há uma escassez de artigos que apresentem evidências da eficácia do desenho de programas de forma colaborativa (conjunta ou integrada) especificamente em contextos de crise. Incentivamos as entidades doadoras a investir em investigação significativa e plurianual que analise o impacto no bem-estar da criança e nos resultados de aprendizagem, assim como na eficácia e na eficiência organizacionais.

Frequentemente, há a presunção inerente de que a educação é protetora pela sua própria natureza, quando, em muitos casos, as escolas e outras instituições podem ser locais onde ocorrem abusos e onde aumentam os riscos à proteção da criança. A colaboração entre os setores pode ajudar a abordar isto, desde o desenvolvimento e implementação de uma política nacional até ao desenho de programas a nível escolar.

Os modelos de múltiplas agências/ organizações, diretrizes para entidades doadoras e, sobretudo, o Requisito 23 do Pilar 4 dos Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança (CPMS) definem claramente os princípios de integração de proteção da criança na educação, e este documento recomendaria basear a conceção de quaisquer intervenções numa síntese de diretrizes como as detalhadas acima. É necessário que qualquer conjunto sistemático de diretrizes também inclua o apoio a profissionais da Proteção da Criança na Ação Humanitária, de modo a ligar a conceção de programas especializados à melhoria do acesso e retenção na educação. A investigação também torna clara a demanda crítica por um quadro operacional a nível de terreno ou de um kit de ferramentas para que os e as profissionais encorajem, enquadrem e apoiem o trabalho colaborativo.

A INEE e a Aliança podem oferecer um valor e impacto acrescidos ao desenvolverem um quadro ou um kit de ferramentas para a colaboração. Este recurso deveria ser firmemente baseado nos direitos da criança e deveria focar-se no bem-estar e no desenvolvimento saudável. Existe a necessidade de desenvolver um consenso no que toca às componentes, tal como delineado neste documento, e qualquer produto beneficiaria de um conjunto associado de definições acordadas, assim como da Teoria da Mudança e quadro de indicadores.

A INEE e a Aliança também devem garantir que os recursos que produzem daqui em diante, incluindo qualquer revisão dos respetivos Requisitos Mínimos, contêm referências ao outro setor, conforme apropriado, reforçando, deste modo, o conceito e a prática do trabalho colaborativo.

9. REFERÊNCIAS

The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action (The Alliance). (2019). *The Minimum Standards for Child Protection in Humanitarian Action*, 2019 Edition.

The Inter-agency Network for Education in Emergencies (INEE). (2018). *Strategic Framework 2018-2023*

The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action (The Alliance). (2018). *Advocacy Brief : Integrating Child Protection and Education in Humanitarian Action*

Sova. C. (2017). *The New Normal of Protracted Crises*. World Food Programme (WFP).

Inter Agency Standing Committee (IASC). (2013). *IASC Principals' Statement, The Centrality of Protection in Humanitarian Action, 2013*

European Commission (ECHO). (2019). *Commission Staff Working Document Education in Emergencies in EU-funded Humanitarian Aid Operations*.

Unicef East Caribbean. (2018). *Integrated Education-child Protection Emergency Programming, Dominica, Hurricane Maria Response 2018*. Unicef

Inter-agency Network for Education in Emergencies (INEE). (2010). *INEE Minimum Standards for Education : Preparedness, Response, Recovery*

Nicolai. S. & Triplehorn. C. (2003). *The Role of Education in Protecting Children in Conflict*. Save the Children for Humanitarian Practice Network, ODI.

Aber. J. et al. (2016). *Promoting children's learning and development in conflict-affected countries : Testing change process in the Democratic Republic of the Congo*. Cambridge University Press

ANEXO 1: ENTREVISTAS A INTERVENIENTES-CHAVE

ENTREVISTAS A INTERVENIENTES-CHAVE

Colaboração Entre os Setores de Proteção da Criança e Educação em Situações de Emergência

INTRODUÇÃO

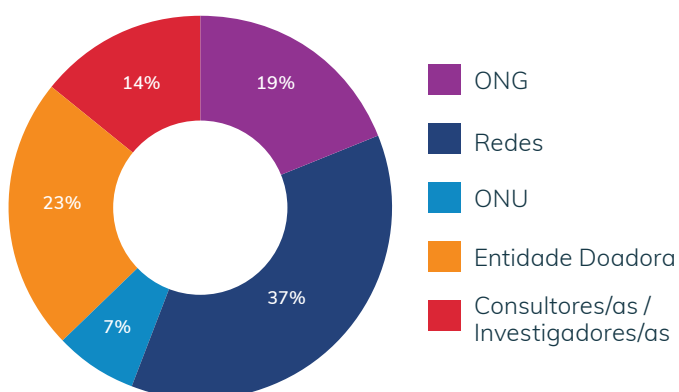
Este documento resume as Entrevistas a Intervenientes-Chave (EIC) que foram realizadas como investigação de fundo para o Projeto da Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE, uma colaboração entre a Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) e a Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (A Aliança). Esta investigação informou o rumo do projeto e o desenvolvimento dos recursos associados. Como tal, as Principais Conclusões são referenciadas e expandidas no Documento de Posicionamento da Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE.

CONTEXTO

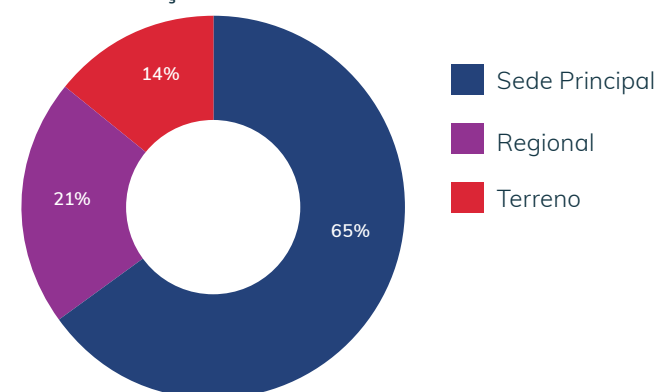
Foram realizadas quarenta e três EIC de março a junho de 2020, sendo as pessoas entrevistadas provenientes de ONG nacionais e internacionais, de agências da ONU, entidades doadoras e da academia.

O contexto e localizações das pessoas entrevistadas são resumidas nos gráficos abaixo, sendo a maioria provenientes das redes e estando localizadas nas sedes principais/norte, o que reflete a natureza do projeto, que abrangeu tanto a INEE e a Aliança, e as discussões em profundidade com coordenadores/as e facilitadores/as dos múltiplos espaços da rede. Quanto às ONG, entidades doadoras e consultores/ consultoras, houve melhor representação dos postos a nível regional e de terreno.

CONTEXTO



LOCALIZAÇÃO



As entrevistas foram desenvolvidas para apoiar as linhas de investigação deste documento, assim como para delinear o rumo do projeto da Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE. Foi pedido às pessoas entrevistadas que identificassem:

1. Trabalho organizacional atual relacionado com a integração
2. Principais desafios à integração
3. Lacunas
4. Qual deveria ser o foco do projeto? (oportunidades e soluções)
5. Apoio Organizacional

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

DESAFIOS



Fragmentação: A maioria das pessoas entrevistadas disse que o principal desafio, no que toca a integrar a Proteção da Criança na Ação Humanitária e a EeE, é a fragmentação inerente à arquitetura humanitária existente, desde a análise setorial das respostas, incluindo o sistema de cluster, por meio de ONG e estruturas da ONU, até fontes de financiamento de entidades doadoras e ministérios do governo nacional.



Entidades Doadoras: As entidades doadoras são cruciais no que toca a encorajar e apoiar o desenho de programas integrados e deveriam promover a integração e a geração de evidências, inicialmente, talvez através de projetos-piloto.



Financiamento: As pessoas entrevistadas sublinharam a lacuna de financiamento em ambos os setores, o que significa que não há dinheiro suficiente para desenvolver programas de forma eficaz à escala, e muito menos um desenho de programas integrados de forma abrangente.



Evidências: Existem lacunas nas evidências do valor acrescentado ou eficácia do desenho de programas integrados, o que afeta a adesão



Capacitação: Deve ser priorizado o desenvolvimento de mais iniciativas de capacitação intersectorial como parte de qualquer estratégia que visa a união dos setores.

OPORTUNIDADES



Orientação ao Nível do Terreno: Houve um claro consenso entre as pessoas inquiridas de que o foco do projeto de Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE deveria ser a orientação ao nível do terreno. Um recurso prático e fácil de usar a que os e as profissionais podem aceder, navegar e usar facilmente.



Indicadores - Quadro dos Resultados Conjuntos: O desenvolvimento de um quadro de resultados conjuntos é essencial para o sucesso do projeto. Os resultados partilhados possibilitarão o planeamento conjunto de projetos, apoiando a integração desde o nível de terreno até ao desenvolvimento das estratégias.



Integração da INEE - Aliança: Muitas e muitos entrevistados consideraram que a INEE e a Aliança poderiam colaborar de forma mais estreita em geral, e que os Espaços da Rede a trabalhar em projetos semelhantes se poderiam reunir com regularidade para assegurar que há referências cruzadas entre os seus trabalhos, assim como para providenciar a aprendizagem intersectorial e apoio entre pares.



Orientação para Entidades Doadoras: Seria útil a orientação às entidades doadoras quanto ao que envolve o desenho de programas integrados de qualidade. Outros entrevistados e entrevistadas também consideraram que as entidades doadoras deveriam ser a força motriz por de trás da integração.



Revisão dos RM da INEE: A Proteção da Criança poderia ser referenciada e integrada muito mais de perto nos RM da INEE. Isto teria um impacto tremendo na integração da Proteção da Criança na EeE entre os e as profissionais da EeE.



Reforço do Sistema: Dado o papel cada vez mais central que os Governos Nacionais desempenhará nas respostas humanitárias, o Reforço do Sistema tem que ser uma componente básica do projeto.

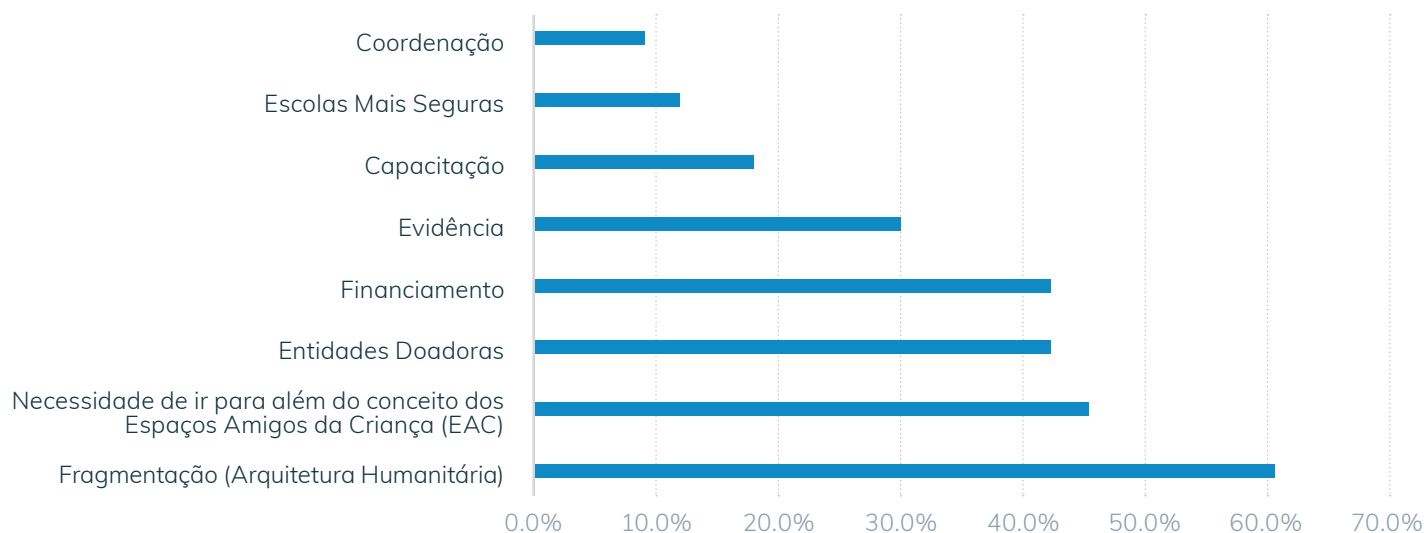


Centrado na Criança/ no Bem-Estar: A centralidade de trabalhar sob a ótica do bem-estar é encarada como fundamental para a prática integrada, e foi encarada como essencial pelo Grupo Consultivo assim como pela INEE e pela Aliança.

CONCLUSÕES DETALHADAS

As principais conclusões estão indicadas aqui em termos dos Desafios e Lacunas (agrupados em conjunto) e o Foco do Projeto. Os e as participantes falaram livremente e não foram orientados em termos das suas prioridades, as respostas foram agrupadas em categorias sintetizadas e foram anotados os pontos principais.

DESAFIOS E LACUNAS



O gráfico resume o que as pessoas entrevistadas consideraram ser os principais desafios ou barreiras que impedem a integração da Proteção da Criança na Ação Humanitária e da EeE, por percentagem.

FRAGMENTAÇÃO

A maioria das pessoas inquiridas disse que o maior desafio à integração da Proteção da Criança na Ação Humanitária e EeE é a inerente fragmentação existente na arquitetura humanitária, desde a setorialização das respostas, incluindo o sistema de cluster, através das estruturas das ONG e da ONU, até às vias de financiamento por parte de entidades doadoras e aos ministérios dos governos nacionais.

- Em muitos contextos, o Plano de Resposta Humanitária (HRP, na sigla em inglês) reforça a divisão entre os setores e não encoraja a colaboração (há exceções dignas de registo: foram feitos progressos pela Área de Responsabilidade de Proteção da Criança no que toca a requerer indicadores do desenho de programas integrados no âmbito do HRP).
- Para a sustentabilidade de quaisquer intervenções integradas, é necessário que haja uma colaboração correspondente no âmbito dos sistemas nacionais. Em muitos casos, o Ministério da Educação está muito focado em operacionalizar currículos e não na proteção da criança. É necessário apoio para operacionalizar a integração ao longo de todos os departamentos do governo.
- A compartimentação vai até o nível do campo de atuação, com a atitude de que “não é a minha função”, e as barreiras histórico-culturais existentes entre os setores - por exemplo, o papel, funções e estatuto dos professores e professoras em algumas sociedades.

A NECESSIDADE DE IR PARA ALÉM DO CONCEITO DOS ESPAÇOS AMIGOS DA CRIANÇA (EAC)

As pessoas entrevistadas destacaram que, em muitas respostas humanitárias, há adesão à instalação e manutenção dos EAC. Embora, em alguns contextos, estes espaços sejam uma componente essencial da primeira fase de resposta e ofereçam proteção física e psicossocial que é tão necessária às crianças, não apoiam o desenvolvimento educativo das crianças e jovens e, em alguns casos, os EAC por si só têm um impacto reduzido nos resultados de proteção de certas faixas etárias. A preocupação predominante é de que, em muitos casos, a implementação de EAC se torna um fim em si próprio.

- O financiamento dos EAC é desviado da gestão de casos e outros programas de Proteção da Criança - muitas vezes contra as prioridades do Cluster.
- Os EAC deveriam ter objetivos mais claros, incluindo resultados esperados ao nível da ASE e, durante uma primeira fase de resposta, deveriam incluir também os resultados de educação, além de abordagens mais estruturadas.
- Estamos perante um desafio quando os EAC competem com a provisão da educação; por exemplo, oferecer atividades recreativas é mais apelativo para as crianças do que aprender matemática.
- Existia o desejo de ver os EAC que são instalados nas primeiras fases de uma resposta passarem rapidamente a incorporar conteúdo psicossocial ou educativo estruturado, formais ou não formais.

ENTIDADES DOADORAS

As entidades doadoras foram encaradas como cruciais no incentivo e apoio ao desenho de programas integrados, e deveriam promover a integração e geração de evidências, inicialmente, talvez através de projetos-piloto.

- Considerou-se que, atualmente, muitas entidades doadoras estão, elas próprias, divididas, e isto reforçou a divisão entre os setores.
- Se as entidades doadoras especificassem uma exigência em termos de desenho de programas de forma completamente integrada, incluindo quadros de resultados conjuntos e indicadores alinhados com o Requisito 23 dos Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança (CPMS), então, as organizações implementadoras teriam de os seguir.
- As entidades doadoras deveriam reconhecer os desafios com as diferenças de custo por pessoa beneficiária para cada setor, e apoiar uma análise do custo-benefício das intervenções de proteção da criança de “alto custo”.
- As entidades doadoras deveriam planear internamente, e com outras entidades doadoras, para que se verificasse uma colaboração intersetorial.

FINANCIAMENTO

Os entrevistados e entrevistadas sublinharam a lacuna de financiamento em ambos os setores, o que significa que não há dinheiro suficiente para desenvolver programas de forma eficaz à escala, e muito menos um desenho de programas integrados de forma abrangente.

- É necessário que os conhecimentos técnicos especializados - tal como consultores/as técnicos nacionais ou regionais - de ambos os setores estejam documentados nas propostas e subsídios para garantir a capacidade de uma integração efetiva.
- É necessário que a contínua advocacy em curso direcionada às entidades doadoras e financiadoras de subsídios para que invistam na EeE e na Proteção da Criança na Ação Humanitária coloque a ênfase no desenho de programas integrados.

EVIDÊNCIA

Existem falhas nas evidências do valor acrescentado ou na eficácia do desenho de programas integrados, o que acaba por afetar a adesão.

- A evidência que existe é muito dependente do projeto, e é necessário gerar evidências mais significativas com um foco nos resultados e no bem-estar da criança.
- Há necessidade, desde o início de uma crise, de uma análise detalhada da situação, sem foco setorial específico, analisando as razões que estão na origem dos problemas no âmbito do bem-estar da criança. Revisitar a Análise da Situação de Direitos da Criança como base para isto.
- As suposições e definições precisam de ser analisadas - estas alinham-se em ambos os setores?
- Pode ser problemático elaborar relatórios sobre os resultados conjuntos de ambos os setores: Como delinear os serviços entre os setores? Muitas vezes, a Proteção da Criança destina-se a um subgrupo de crianças, ou a crianças individuais, enquanto que a educação é universal.

CAPACITAÇÃO

Número limitado de iniciativas de capacitação entre setores. Isto deveria ser priorizado a nível interinstitucional como parte de qualquer estratégia destinada a aproximar os dois setores.

- O pessoal técnico de cada setor podem ser altamente especializados e ter um conhecimento limitado do outro setor.
- Uma elevada carga de trabalho significa que é difícil alocar tempo para a capacitação, de modo a que os atores possam adquirir uma noção do outro setor. Muitas vezes, existe uma capacidade limitada no que toca a que a equipa/ as pessoas olhem para o quadro geral devido ao facto de terem de se focar em “apagar fogos”.
- A terminologia técnica difere entre os setores, mesmo para intervenções semelhantes, como as de SMAP. A formação conjunta é uma oportunidade para abordar esta questão. Isto poderia basear-se no Requisito 23 do Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança na Ação Humanitária.
- Conjunto de competências para o pessoal técnico - é difícil encontrar pessoas que têm o conhecimento e competências necessárias para elaborar e liderar programas focados na qualidade em ambos os setores.

ESCOLAS MAIS SEGURAS

Desafio com a responsabilidade na prevenção de iniciativas de ataque nas escolas, quem lidera e como isto é coordenado no país, especialmente em certos contextos.

- Algumas equipas da educação têm uma noção limitada do Mecanismo de Monitorização e Denúncia (MRM, na sigla em inglês) e do que fazer se as escolas forem atacadas.
- É encarada como uma oportunidade específica para os setores trabalharem juntos, enfatizando a necessidade de proteger o direito à educação e a natureza protetora da educação.

COORDENAÇÃO

O sistema de clusters está inerentemente dividido e, muitas vezes, reforça a separação do desenho de programas.

- Recentemente, tanto o GEC como a Área de Responsabilidade de Proteção da Criança têm colaborado proativamente para defender, encorajar e avaliar o desenho de programas integrados.

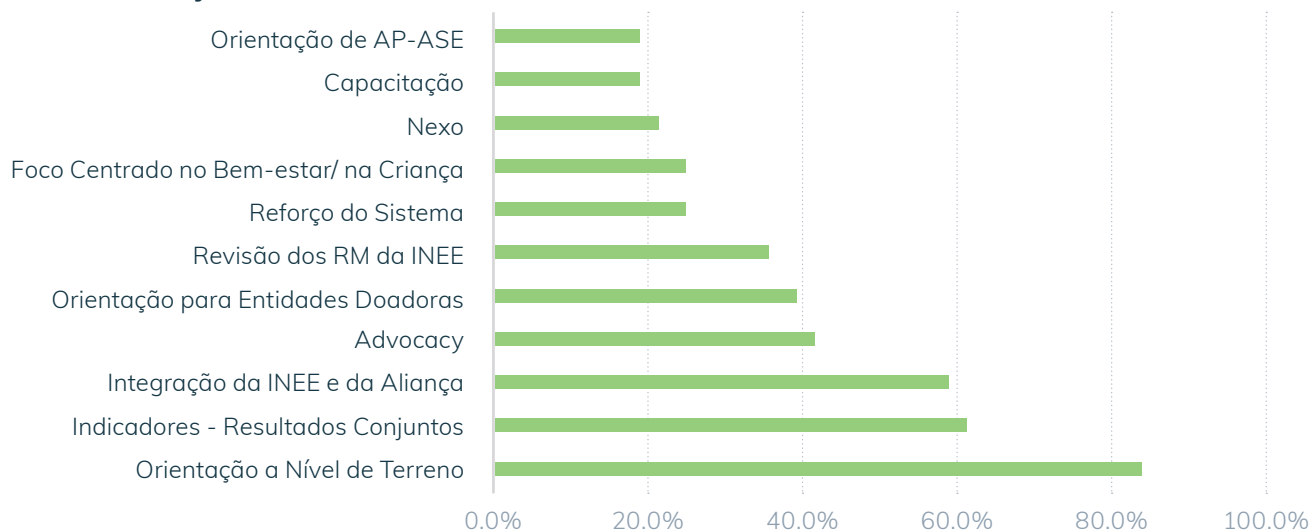
OBSERVAÇÕES GERAIS ADICIONAIS

- Muitas vezes, existe uma quantidade esmagadora de orientações, requisitos e protocolos que a equipa técnica já tem de seguir.
- É necessário transmitir a declaração de valor de que a “Proteção da Criança deveria sustentar tudo no âmbito da EeE”.
- As diferenças no custo e no foco de desenho de programas são frequentemente consideradas um desafio à integração com elevados custos para os serviços especializados e individualizados (Proteção da Criança) e baixos custos para os serviços universais (Educação).
- Receio de uma perda de especialização, da perda de um setor - integrar-se não significa uma perda de especialização, podendo haver uma “sobreposição”.
- Esteja ciente de que as escolas podem nem sempre ser ambientes protetores e poderão, de facto, ser locais de abuso.
- No início de uma resposta, há falta de clareza entre as atividades de EeE e da Proteção da Criança, por exemplo, nos EAC - integração excessiva e confusão dos limites; a partir de que ponto passa a ser EeE e vice-versa? O ritmo ao qual as respostas se desenrolam, um setor pode mover-se muito mais rapidamente do que o outro.
- Muitas vezes, a integração da Proteção da Criança e da EeE está focada nas crianças que já estão matriculadas nos sistemas de educação formal e de educação não-formal (isto é, AP, ASE, Educação na Primeira Infância, etc.). Pode ser mais desafiante integrar ambos os setores quando se trata de garantir o acesso à educação e de mitigar os riscos de abandono escolar.
- As comunidades, pais/mães, cuidadores/as, professores/as e profissionais de educação, e também as autoridades, deveriam ser envolvidos no desenho de programas integrados através de uma abordagem consultiva e participativa.

OPORTUNIDADES - FOCO DO PROJETO

Durante as EIC, os atores foram questionados sobre as suas ideias relativas a qual deveria ser o foco do projeto da Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE. As respostas foram diversas e construtivas, com os resultados agrupados em categorias para facilitar a referência, como demonstrado no gráfico:

FOCO DO PROJETO



ORIENTAÇÃO A NÍVEL DE TERRENO

Houve um claro consenso entre os e as participantes, com o acordo por parte do Grupo Consultivo, da INEE e da Aliança, de que o foco da estrutura de trabalho deveria ser a orientação destinada às e aos profissionais ao nível de terreno. O principal feedback para consideração incluiu:

- Como podemos ajudar as e os profissionais a desempenharem melhor os seus trabalhos (notas de orientação, quadros, listas de verificação, formação)? Analisar as boas práticas e como podemos aprender a partir daí.
- Manter o quadro breve e prático - ter cuidado para não sobrecarregar os parceiros.
- Os e as profissionais desejam um recurso prático e fácil de usar.
- Incluir estudos de caso e aspetos que não funcionaram bem (ou que funcionaram) para dar exemplos práticos.
- O quadro pode apontar para mais informações/requisitos/exemplos de boas práticas através de links e anexos.
- Precisa de ser extremamente específica em termos de apoio para os implementadores/as a nível de terreno; o resto é secundário (como advocacy, políticas, etc.).
- Diferenciar entre o que “é necessário ter” e o que “seria bom ter” - mapear diferentes graus/ etapas de integração.
- Foco nos e nas profissionais - “como fazer, quando fazer e qual é a sobreposição”, considerar quais poderiam ser os cenários quando um setor estivesse a liderar.

O quadro deveria assumir a forma de um “Guia Prático” ou “Kit de Ferramentas” que as e os profissionais pudessem aceder, navegar e usar facilmente.

INDICADORES - QUADRO DE RESULTADOS CONJUNTOS

O desenvolvimento de um Quadro de Resultados Conjuntos é encarado como essencial para apoiar a atualização e implementação de qualquer quadro. Os resultados partilhados possibilitarão o planeamento conjunto de projetos, apoiando a integração desde o nível de terreno até ao desenvolvimento das estratégias.

- Dar apoio às e aos profissionais da Proteção da Criança para que compreendam os resultados da educação e os objetivos (e vice-versa) num quadro de resultados partilhados - com atividades que se interligam.
- Conceptualizar uma abordagem integrada sem sobreposição total - algumas especialidades e conjunto de competências permanecem em cada setor.
- Resultados para as crianças e não para os diferente setores.
- Esclarecer como fazer a avaliação conjunta de necessidades e estabelecer indicadores partilhados e holísticos necessários para que os setores trabalhem em conjunto.

COOPERAÇÃO DA INEE E DA ALIANÇA

Muitos e muitas participantes consideraram que a INEE e a Aliança poderiam trabalhar de forma mais estreita em geral, e que os Espaços da Rede a trabalhar em projetos semelhantes poderiam reunir-se com regularidade para assegurar que os seus trabalhos fazem referência um ao outro, bem como para promover a aprendizagem intersetorial e o apoio entre pares.

- Fornecer orientação sobre como os requisitos da Aliança e da INEE estão interligados
- Concretamente, a INEE e a Aliança trabalham bem em conjunto, precisamos de desenvolver e aumentar a colaboração. Por exemplo, unir equipas temáticas das redes.
- Entrelaçar a Proteção da Criança na Ação Humanitária em todo o trabalho do Secretariado da INEE.
- Partilhar listas de contactos e áreas de responsabilidade da Aliança com a INEE e vice-versa.

O cargo de Ponto Focal Técnico - Proteção da Criança e Educação em Situações de Emergência foi criado para levar este projeto adiante. A par com o desenvolvimento dos produtos e recursos associados, a função do cargo será também a responsável por ligar as duas redes. O trabalho recente neste âmbito tem incluído esforços para harmonizar os Quadros de Competências de ambas as redes, e um acordo sobre o desenvolvimento conjunto de materiais de Capacitação. Estes continuarão, a par com outras oportunidades.

ADVOCACY

As e os participantes mostraram-se ansiosos por ver uma advocacy acrescida do desenho de programas integrados como parte deste projeto. Considerou-se que o trabalho de advocacy direcionada poderia seguir-se ao desenvolvimento do Quadro, com um Documento sobre Advocacy específico a ser desenvolvido como parte do plano de disseminação de apoio à adesão e adoção.

- Oportunidade para uma linha comum de Advocacy – promover a apropriação ao nível do país para a implementação e disseminação do quadro.
- É necessário reforçar os esforços de advocacy conjunta para o aumento do financiamento da Proteção da Criança na Ação Humanitária e da EeE, em geral, mas também especificamente para a integração.
- Influenciar o planeamento estratégico - através do Plano de Resposta Humanitária (HRP), do fundo A Educação Não Pode Esperar (ECW, na sigla em inglês), da Parceria Global para a Educação (PGE) - incluir isto no início do ciclo de programa.
- Ações de Advocacy destinada à ONU e às entidades doadoras para melhorar os resultados partilhados.

ORIENTAÇÃO PARA ENTIDADES DOADORAS

A maioria das entidades doadoras que foram contactadas consideraram que a orientação sobre o que envolve o desenho de programas integrados de qualidade seria útil. Outras e outros entrevistados também consideraram que as entidades doadoras deveriam ser a força motriz por de trás da integração. Os pedidos específicos incluíram:

- Uma lista de verificação que apresente em detalhe os elementos do desenho de programas integrados.
- As entidades doadoras deveriam ser encorajadas a comprometerem-se com certas ações.
- As entidades doadoras precisam de incentivos - é necessário delinear de que forma o desenho de programas integrados alcança resultados melhores.
- As entidades doadoras deveriam requerer projetos de Proteção da Criança-EeE integrados e o pessoal técnico necessário para os implementar, bem como estabelecer os requisitos mínimos para todos os projetos de Proteção da Criança-EeE.

O Grupo Consultivo acordou que a orientação destinada a entidades doadoras deveria ser secundária, a desenvolver depois do quadro, mas não podendo ser esquecida.

REVISÃO DOS RM DA INEE

Os atores destacaram a oportunidade apresentada pela potencial revisão dos RM da INEE. Se a Proteção da Criança pudesse ser referenciada mais de perto e integrada nos RM da INEE, isto teria um impacto imenso na integração da Proteção da Criança na EeE entre os profissionais da EeE.

- Incluir a Proteção da Criança na Ação Humanitária na revisão dos RM da INEE - inclusão de referência abaixo de cada requisito.

O Ponto Focal Técnico trabalhará com os Requisitos da INEE e com o/a Coordenador/a do Grupo de Trabalho sobre Práticas para assegurar que a ênfase na Proteção da Criança e no desenho de programas integrados é incluída nos requisitos revistos. A nota conceptual já foi revista e atualizada para refletir isto.

REFORÇO DO SISTEMA

Considerando o papel cada vez mais central que os Governos Nacionais desempenharão nas respostas humanitárias, estes são um público-chave para o Quadro, e é necessário que o Reforço do Sistema seja uma componente fundamental.

- Apoio político aos governos para que possam promover / institucionalizar o trabalho intersetorial
- Verificar os resultados através de ambos os setores em que a ação dos governos nacionais é fundamental - documentação social, inclusão socioeconómica e abordagem de tensões em comunidades de acolhimento
- Examinar a inclusão no âmbito dos sistemas nacionais.
- O papel dos parceiros externos concentrar-se-á agora na capacitação; isto poderia funcionar bem como uma componente articuladora da INEE e da Aliança.
- O princípio orientador de procurar a retoma da educação no prazo de 3 meses após uma situação de emergência - para assegurar isto é necessário que trabalhem juntos em todos os setores no reforço de sistemas antes da situação de emergência.
- Considere também as diretrizes para os governos locais - por exemplo, através da Mayor's Network.

Há a possibilidade de desenvolver diretrizes distintas para os ministérios do governo, bem como um conjunto de documentos políticos alinhados com o Quadro, após a sua publicação.

BEM-ESTAR/CENTRADO NA CRIANÇA

Embora não seja formalmente uma prioridade para os EAC, a centralidade de trabalhar sob a ótica do bem-estar é vista como fundamental para a prática integrada, e foi encarada como essencial pelo Grupo Consultivo, bem como pela INEE e pela Aliança.

- Os Quadros devem centrar-se no bem-estar - tentar perceber o poder transformativo de determinadas intervenções (reunificação familiar, etc.).
- O foco no bem-estar da criança enquanto objetivo geral - mudança positiva que pode contrariar a fragmentação.
- Centrado na criança - o bem-estar da criança deve estar no centro das respostas. Como é que todos os setores trabalham juntos? Considerar todo o desenvolvimento da criança e os resultados holísticos.
- Manter o quadro centrado na criança - de que é que a criança precisa, de que serviços e quem pode prestá-los?

O trabalho no âmbito do Quadro será, por conseguinte, explorar a maneira como isto se poderá refletir, tanto nas principais formas de trabalho como nos indicadores e resultados.

NEXO

O impulso da atual abordagem setorial para melhorar a colaboração e alinhamento através do espectro de desenvolvimento humanitário é visto como uma oportunidade essencial para este projeto. Isto foi explorado na Secção 1 e fará parte da fundamentação lógica do Quadro, bem como do plano de disseminação e de quaisquer Documentos de Advocacy que o acompanhem.

- Tanto os parceiros humanitários como os de desenvolvimento desempenham papéis essenciais e é necessário que colaboremos com a PGE e outros parceiros de desenvolvimento.

CAPACITAÇÃO

Foi recomendado que a capacitação fosse uma parte integrante do projeto. Estruturalmente, concordou-se que não seria uma componente do Quadro, mas que seria necessariamente parte de qualquer replicação/disseminação.

O trabalho partiu de uma iniciativa conjunta de Capacitação entre a INEE e a Aliança, liderada pelo Ponto Focal Técnico, que começou com a harmonização do Quadro de Competências da INEE e da Aliança, e produziu materiais conjuntos de e-learning no 4.º trimestre de 2020.

AP E ASE

O AP e a ASE foram vistas instintivamente por muitos dos entrevistados/as como elementos comuns de pontos-chave entre os setores, havendo muitas organizações que já as integraram nos seus programas de educação. Embora a AP e a ASE estejam destacadas no Quadro, há muito trabalho paralelo sobre as boas práticas, requisitos e indicadores, que podem ser alvo de cruzamento de referências e de integração.

- O AP/ASE/Saúde Mental podem ser um ótimo lugar para a “sobreposição” - mas sem esperar resultados de aprendizagem mensuráveis (indicadores e impacto)

ANEXO 2: ANÁLISE DOCUMENTAL

ANÁLISE DOCUMENTAL

Colaboração Entre os Setores de Proteção da Criança e Educação em Situações de Emergência

INTRODUÇÃO

Este documento resume a análise documental que foi realizada como investigação de fundo para o Projeto de Proteção da Criança na Ação Humanitária e Educação em Situações de Emergência (EeE), uma colaboração entre a Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) e a Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária (A Aliança). Esta investigação informou o rumo do projeto e o desenvolvimento dos recursos associados. Como tal, as Principais Conclusões são referenciadas e expandidas no Documento de Posicionamento sobre a Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE.

CONTEXTO

De abril a junho de 2020, foi realizada uma análise documental exaustiva com 42 fontes, fundamentada no [Protocolo de Análise Documental](#) acordada pelo Grupo Consultivo para a Proteção da Criança na Ação Humanitária e Educação em situações de Emergência (EeE). Esta Análise Documental foi concebida de modo a contribuir para o desenvolvimento do Documento de discussão do Projeto sobre Proteção da Criança na Ação Humanitária e Educação em Situações de Emergência (EeE), assim como para informar o Quadro de Colaboração e outros produtos desenvolvidos durante o âmbito deste projeto. Foi realizada com o objetivo de compreender o que tem sido feito até à data na colaboração entre a Proteção da Criança na Ação Humanitária e a EeE, identificando os recursos existentes nas áreas de académica, humanitária e de desenvolvimento, incluindo literatura científica cinzenta, bem como diretrizes e quadros organizacionais, incluindo exemplos de boas práticas. Como os produtos do projeto se destinam a profissionais, o foco da Análise Documental esteve nas diretrizes e ações práticas, inclusive a sustentabilidade e escalabilidade, em vez de investigação académica aprofundada.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

“As intervenções de proteção e educação integrada oferecem oportunidades para prevenir e responder aos impactos negativos de uma crise no bem-estar psicossocial da criança. Isto, por sua vez, pode possibilitar que as crianças continuem a desenvolver as competências necessárias para estabelecer e manter relacionamentos e perspetivas essenciais que podem ser os alicerces para a cura individual e coletiva, resiliência e coesão social” (ECHO, 2019).

A Análise Documental destaca o desejo de dois setores de cooperar mais estreitamente, fornece evidências dos benefícios do trabalho intersectorial e indica áreas claras de integração e colaboração no desenho de programas..

EVIDÊNCIAS FUNDAMENTAIS

Uma abordagem integrada aos direitos das crianças possibilita uma planificação rentável, que apoia a promoção holística dos direitos das crianças, previne a duplicação e acelera a recuperação em casos de emergência.

Um desafio essencial para desenvolver recomendações conclusivas sobre a planificação integrada de valor acrescentado é a escassez de investigação e evidências nos contextos de crise. De facto, investir em investigação e geração de evidências é, por si só, uma recomendação essencial. Portanto, um grande número de documentos demonstra, sugere ou extrapola evidências que apoiam as conclusões que se seguem:

- O desenho de programas integrados pode melhorar o bem-estar da criança.
- Integrar elementos da proteção da criança como o AP e a ASE no desenho de programas educativos pode ajudar a melhorar os resultados de aprendizagem.
- A planificação integrada apoia e promove a abordagem centrada na criança na resposta humanitária, que pode prevenir que as crianças e jovens passem despercebidos pelos serviços e pode maximizar o impacto das intervenções multissetoriais.
- O desenho de programas educativos pode ser “preventivo” e ajudar a mitigar certos riscos de proteção da criança
- O desenho de programas da Proteção da Criança pode apoiar o acesso das crianças e jovens à educação, e pode reduzir o abandono escolar.
- Centrar-se na melhoria do bem-estar familiar e nas ecologias das comunidades pode ter um impacto positivo nos resultados de aprendizagem.
- O desenho de programas integrados pode ser eficaz em termos de custos e prevenir a duplicação.
- A integração alinha-se com os atuais esforços atuais para transformar a assistência humanitária, inclusive a Nova Forma de Trabalhar (New Way of Working), os movimentos para preencher a lacuna nonexo entre ação humanitária e desenvolvimento e a agenda de localização.

Os pontos de precaução em torno da integração incluem:

- O desenho de programas integrados não é completamente apropriado em todas as circunstâncias
- Existem especialidades dentro de cada setor que precisam de ser preservadas e que, frequentemente, são as intervenções mais apropriadas.
- As escolas podem não ser sempre protetoras e, de facto, podem ser a fonte dos riscos na proteção da criança, as e os profissionais precisam de ter consciência disto

IMPLEMENTAÇÃO

Houve um consenso claro entre as várias fontes sobre o que devia ser incluído nas componentes principais do desenho de programas integrados, com diferenças na abordagem, dependendo se o foco substancial dos programas era a educação ou a proteção da criança.

INTEGRAÇÃO DA PROTEÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO

A proteção da criança deve ser uma parte integrante de todas as atividades da educação em situações de emergência e deve ser um critério fundamental na aprovação de um programa por parte do pessoal das ONG, governos de acolhimento e entidades doadoras (Nicolai & Triplehorn, *The role of education in protecting children in conflict*, 2003)

As componentes recomendadas do desenho de programas integrados são:

- Bem-estar psicossocial
 - Intervenções de apoio psicossocial (AP) estruturado para crianças, adolescentes e/ou cuidadores/as - tais como: programas baseados no currículo ou estruturados e contínuos; atividades recreativas supervisionadas.

- Provisão de Aprendizagem Social e Emocional (ASE)
- Primeiros Socorros Psicológicos
- Vias de encaminhamento multissetorial - o encaminhamento de raparigas e rapazes em situação de risco ou vítimas de ameaça à proteção da criança está relacionado com outros serviços especializados (como o aconselhamento e a gestão de casos). Isto pode ser oferecido no local ou através de outro local/ator. Se a gestão de caso for no local, então os/as assistentes sociais devem ser destacados para cada centro e o espaço deve incluir espaços de trabalho confidenciais e armazenamento de processo.
- O alcance a sensibilização comunitários, tais como estabelecer os mecanismos de proteção da criança baseados na comunidade, sensibilizar para os riscos/perigos na educação e proteção da criança.
- Os programas de apoio aos cuidadores/as incluem programas curriculares de parentalidade positiva, AP, formação em proteção da criança e em salvaguarda.
- Mensagens sobre a proteção da criança nas aulas, inclusive prevenção de exploração, tráfico e separação, e também Redução do Risco de Destastres (RRD) tais como a educação sobre os riscos das minas.
- Educação sensível às questões de conflito e educação para a paz: trabalhar com os atores da proteção da criança para considerar como os programas de educação podem reduzir as tensões e aumentar a coesão comunitária
- Currículos de formação de professores/as que apoiem ambientes de aprendizagem mais protetores, tais como formação de professores sobre como se proteger, proteção da criança, não-discriminação, criando ambientes de aprendizagem e disciplina positivos.
- Salvaguardar os mecanismos de feedback e de denúncia
- Vias de acesso e ambiente de aprendizagem seguros: as escolas estão livres de perigos e incentivam a aprendizagem. As crianças sentem-se seguras nas viagens de ida e volta da escola.
- O bem-estar dos professores e professoras é reconhecido, incentivado e apoiado através das práticas laborais, redes de apoio e formação em auto-cuidado (incluindo AP)
- Os ambientes de aprendizagem estão livres de ataque e ocupação militar. Isto pode ser apoiado através de negociações comunitárias.
- A não-discriminação e acessibilidade, assegurando que as instalações, a matrícula e o acesso escolares são inclusivos.

INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA PROTEÇÃO DA CRIANÇA

“As iniciativas devem ser desenvolvidas para identificar crianças cuja educação tenha sido interrompida devido a conflito, discriminação ou perseguição, e para as apoiar a continuarem e concluírem a sua educação” (Nicolai & Triplehorn, The role of education in protecting children in conflict, 2003).

Ao abordar os fatores externos e riscos de proteção na vida de uma criança, as organizações podem melhorar o acesso à educação. Os e as profissionais da Proteção da Criança podem assegurar isto através de programas direcionados, mecanismos de encaminhamento (para a educação) e da estreita colaboração com as instituições educativas. O foco de tais intervenções envolve abordar:

- Trabalho infantil - apoiar as crianças e as suas famílias para que possam abandonar o local de trabalho e entrar no sistema de ensino.
- Práticas tradicionais prejudiciais - casamento infantil, Mutilação Genital Feminina, papéis de género definidos.
- Problemas na integração escolar - barreiras linguísticas, diferenças culturais, desafios colocados ao acesso.

- Crianças em risco de abandono escolar - identificação intersetorial, apoio e encaminhamento para serviços de apoio suplementar.
- Crianças que têm estado fora da escola a longo prazo - apoiando o acesso e a oferta de educação não-formal e alternativa, incluindo a programas de educação acelerada e de recuperação.
- Bem-estar psicossocial - assegurar a provisão de programas de AP.
- Saúde e deficiência - adotando uma abordagem multissetorial para apoiar crianças com deficiência ou condições de saúde subjacentes a ter acesso a serviços de educação adequados.
- Falta de documentação - trabalhar com as autoridades locais e instituições educativas para possibilitar o acesso à educação no nível correto sem os documentos de identificação ou matrícula tradicionalmente exigidos.
- Proteção social - abordar a pobreza como uma barreira ao acesso e frequência através de transferências de dinheiro direcionadas ou condicionais.
- Comunidades e vias de acesso seguras - trabalhar com as comunidades para tornar as vias de e para a escola seguras para crianças e jovens.

TRABALHO COLABORATIVO

Certas atividades podem ser empreendidas por ambos os setores para apoiar a incorporação sistémica da integração e da colaboração

- Coordenação: mecanismos de coordenação ou colaboração entre os clusters, incluindo grupos de coordenação de pessoas refugiadas
- Definição dos resultados conjuntos nos Planos de Resposta Humanitária
- Avaliação conjunta, monitorização e comunicação
- Atividades de sensibilização e informação
- Advocacy
- Capacitação

Muitos dos pontos referidos acima são reconhecidos e aprofundados no recentemente publicado [Quadro de Coordenação na Colaboração entre a da Proteção da Criança e a EeE](#), uma iniciativa conjunta do Cluster Global da Educação e a Área de Responsabilidade da Proteção da Criança. O Quadro apoia a colaboração coerente e previsível em todo o Ciclo de Programa Humanitário para alcançar respostas humanitárias eficientes, eficazes e responsáveis. Baseia-se nas práticas promissoras das e dos colegas de cluster de mais de 20 contextos. O Quadro e o pack da colaboração na Coordenação no âmbito da Proteção da Criança e a EeE destinam-se aos coordenadores de cluster e aos gestores de informação. O projeto da Proteção da Criança na Ação Humanitária e da EeE tem trabalhado com o Cluster Global de Educação para assegurar que quaisquer recursos produzidos por ambos remetam e abranjam este quadro, e vice-versa.

METODOLOGIA DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Foi realizada uma investigação sobre as boas práticas existentes, literatura publicada em revistas que foram alvo de revisão por pares e literatura cinzenta utilizando recursos online:

- As boas práticas existentes foram identificadas por meio das bibliotecas online de uma ONG fundamental, de uma entidade doadora e da agência da ONU, bem como através das EIC.
- A literatura publicada em revistas que foram alvo de revisão por pares foi identificada através dos membros académicos da INEE e da Aliança.
- A literatura cinzenta foi identificada por meio de:
 - Os Requisitos Mínimos da Proteção da Criança na Ação Humanitária, os Requisitos Mínimos da INEE, os Recursos da Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária⁵ (The Alliance Resources, 2020), Recursos da INEE (INEE Resources, 2020), Centros de Recursos da Save the Children (Save The Children's Resource Centre, 2020), recursos de outras ONG importantes, de entidades doadoras e da Agência das Nações Unidas, etc.
 - Recursos partilhados pelo Grupo Consultivo da Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária – EeE, assim como pelos membros do Grupo de Trabalho da INEE e da Aliança.

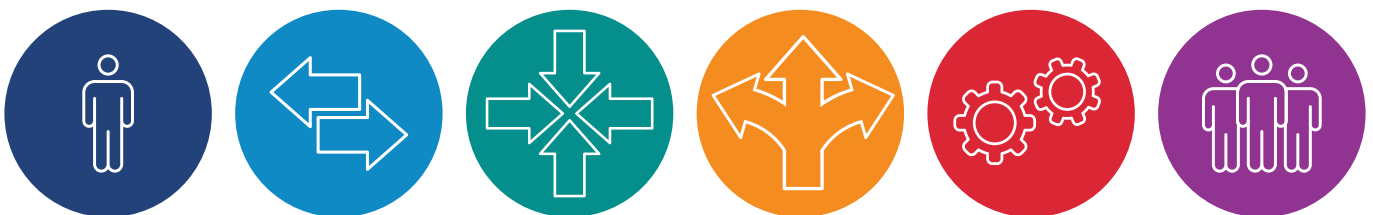
CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos foram codificados tendo por base o Continuum de Colaboração (abaixo), bem como o Ciclo de Gestão do Programa Humanitário e as Fases da Resposta Humanitária. Foram também divididos pelo contexto em que podiam ser aplicados, e as partes que compõe qualquer modelo ou programa.

CONTINUUM DE COLABORAÇÃO

O foco do projeto é a colaboração entre a Proteção da Criança na Ação Humanitária e a EeE, com ênfase em programas conjuntos e integrados. Os níveis de integração podem ser traçados através de um continuum progressivo - sendo a programação "integrada" o modelo ideal a que se aspira.

Continuum de Colaboração



ISOLAMENTO:

Realização de atividades sem contributos para o intercâmbio com outras instituições

LIGAÇÃO EM REDE:

Intercâmbio de informação para benefício mútuo

COORDENAÇÃO:

Adicionalmente, alterar as atividades para atingir um objetivo comum

COOPERAÇÃO:

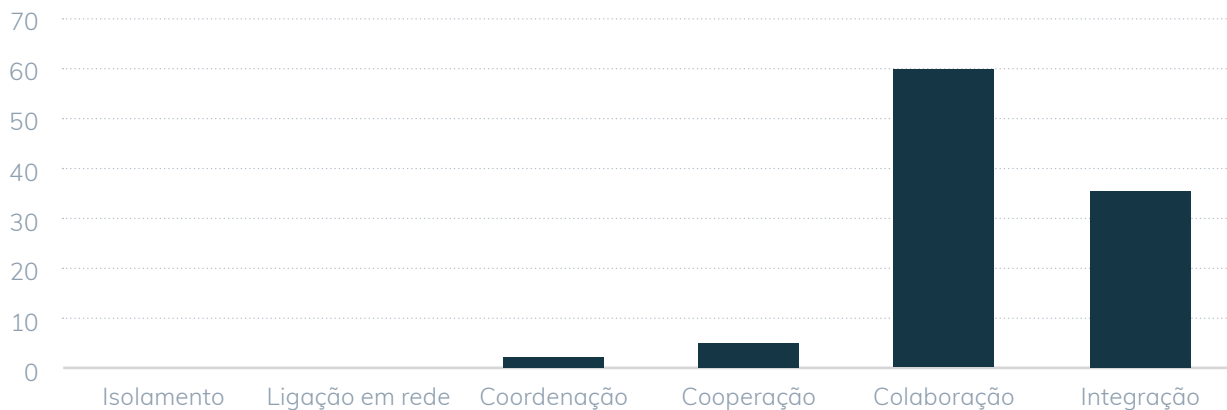
Adicionalmente, partilha de recursos (por exemplo, pessoal técnico, finanças, espaço, instrumentos)

COLABORAÇÃO:

adicionalmente, aprendizagem mútua para melhorar a capacidade uns dos outros e umas das outras

INTEGRAÇÃO:

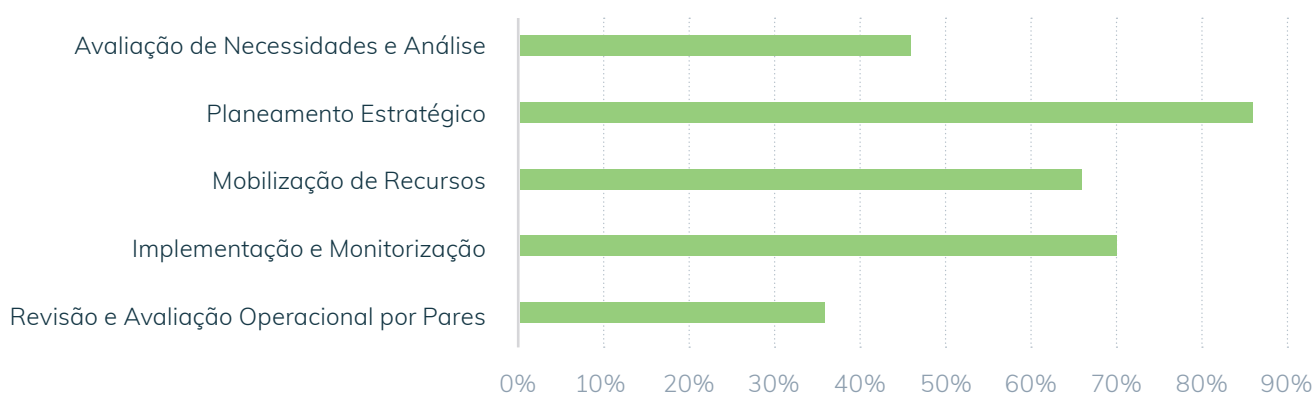
operações de fusão completa, estruturas administrativas e orçamentos. As partes constituintes já não são discerníveis



(Himmelman, 2002)

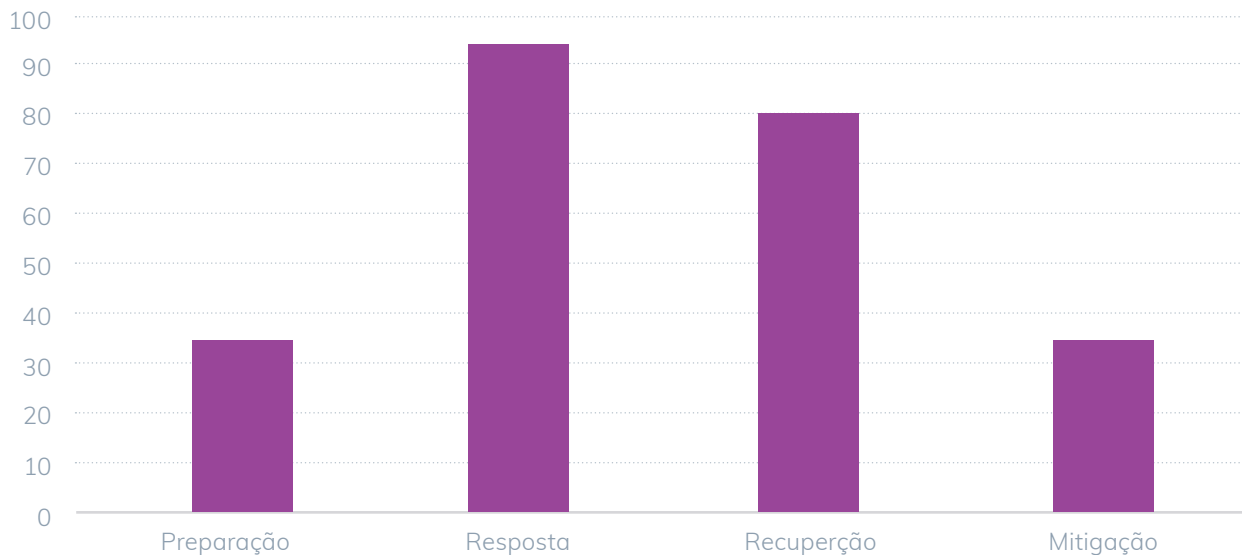
Como se reflete no gráfico, a maioria dos recursos dizia respeito a modelos que funcionavam ao nível de “Colaboração”, com apenas 34% a terem elementos que poderiam ser considerados “Integrados”, e estes seriam talvez melhor caracterizados como “Parcialmente Integrados”. A falta de modelos que poderiam ser categorizados como “Isolamento” ou “Ligação em rede” refletem o enviesamento de seleção na escolha dos recursos.

CICLO DE PROGRAMAS HUMANITÁRIOS



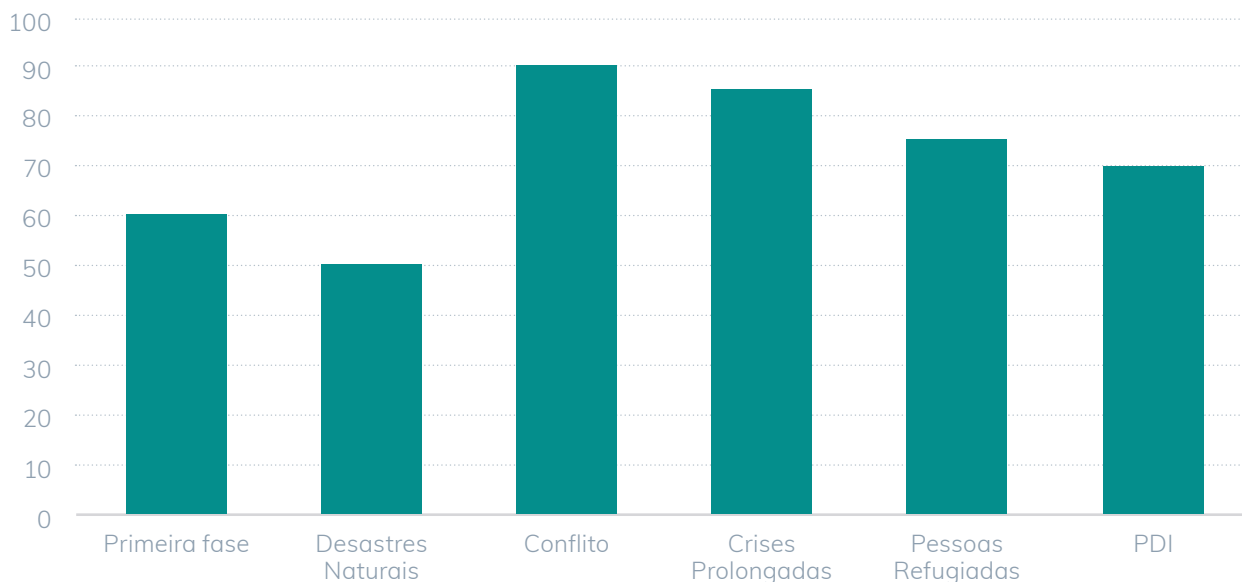
Relativamente ao Ciclo de Programas Humanitários, os recursos foram revistos para ver a que etapa do ciclo se referiam, sendo muitos recursos aplicáveis a mais de uma etapa. A maioria dos recursos era relevante para o Planeamento Estratégico, seguido de perto pela Implementação e Monitorização.

FASE DE RESPOSTA HUMANITÁRIA



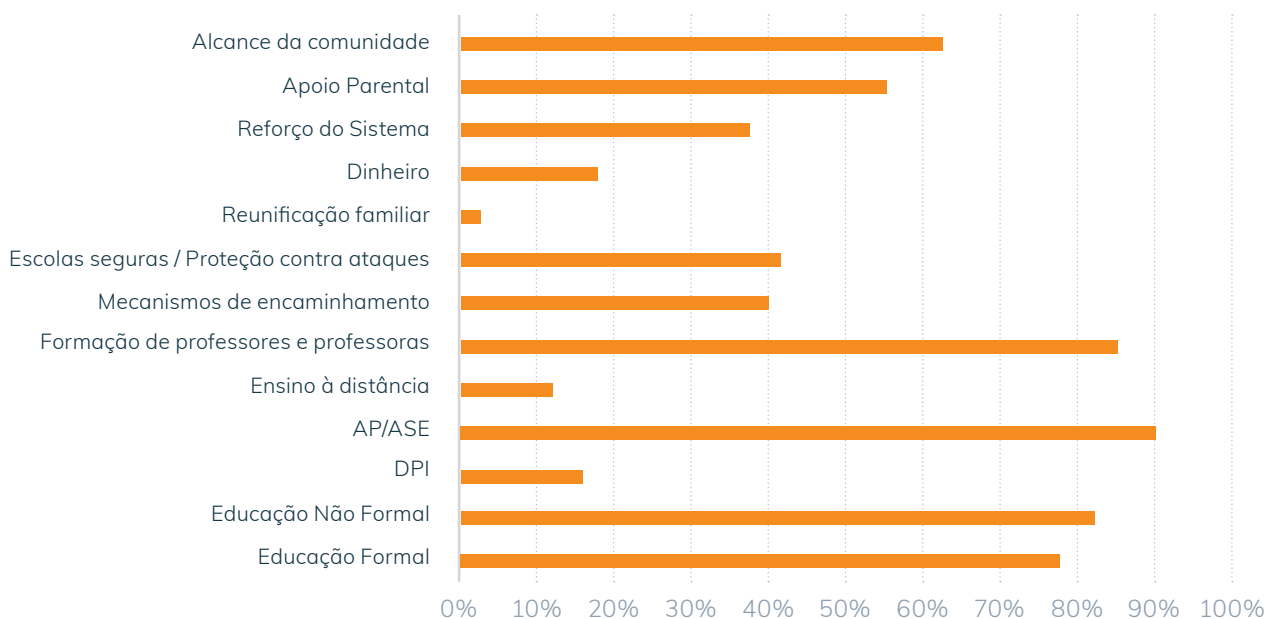
Os recursos foram ainda avaliados em relação às fases de uma Resposta Humanitária, sendo a maioria aplicável às fases de Resposta e Reconstrução, de acordo com o foco do projeto.

CONTEXTO



Muitos dos relatórios ou modelos analisados foram utilizados em ou adequados a uma variedade de contextos, sendo apenas alguns deles específicos de um tipo de resposta humanitária.

COMPONENTES



Tal como na análise dos Requisitos Mínimos abaixo, muitas intervenções delinearam as componentes-chave de um desenho de programas de forma colaborativa ou integrada bem-sucedida. Muitos recursos referiam-se a um modelo específico de implementação, seja sob a forma de uma nota de orientação, revisão do programa, relatório de projeto ou estudo; outros continham orientações mais gerais ou posições políticas. A maioria dos modelos específicos incluía ou referenciava o AP/ASE e a formação de professores e professoras, e foram operacionalizados utilizando algum tipo de Educação Não Formal, mas a maioria era aplicável tanto à educação formal como à educação não-formal, dependendo do contexto.

REQUISITOS MÍNIMOS COMUNS

Além de reunir redes globais de atores, a Aliança e a INEE são responsáveis pela facilitação dos processos para acordar requisitos operacionais globalmente reconhecidas nos seus respetivos domínios: [Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança](#) (CPMS) e os [Requisitos Mínimos da INEE para a Educação: Preparação, Resposta e Reconstrução](#) (RM da INEE). Estes requisitos estabelecem as bases para uma resposta humanitária baseada nos direitos da criança, e são amplamente utilizados por profissionais em todo o mundo, incluindo entidades doadoras, ministérios do governo e outras autoridades, agências das Nações Unidas, e ONG locais e internacionais.

Ao considerar-se a integração entre a Proteção da Criança na Ação Humanitária e a EeE, é necessário considerar a complementaridade entre ambos os conjuntos de requisitos. Existem várias sobreposições nos quadros conceptuais de cada requisito, particularmente no Princípio de Sobrevivência e Desenvolvimento dos Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança e no Domínio de Acesso e Ambiente de Aprendizagem dos RM da INEE. No entanto, estes são divididos em requisitos mais específicos que encorajam o trabalho intersetorial e registam a interligação dos dois setores. Isto está explicado, provavelmente, de forma mais clara na última versão dos Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança na Ação Humanitária, Requisito 23:

Existem muitas ligações naturais entre a proteção da criança e a educação. A falta de acesso à educação tem um impacto negativo direto no bem-estar e desenvolvimento das crianças. As crianças que estão fora da escola podem ver-se confrontadas com maiores riscos de proteção da criança. As preocupações com a proteção da criança podem impedir as crianças de aceder à educação ou podem diminuir os resultados educativos.

Uma educação de qualidade é definida pela Rede Interinstitucional para a Educação em situações de Emergência (INEE) como “uma educação que está disponível, acessível, aceitável e adaptável” e que responde à diversidade.

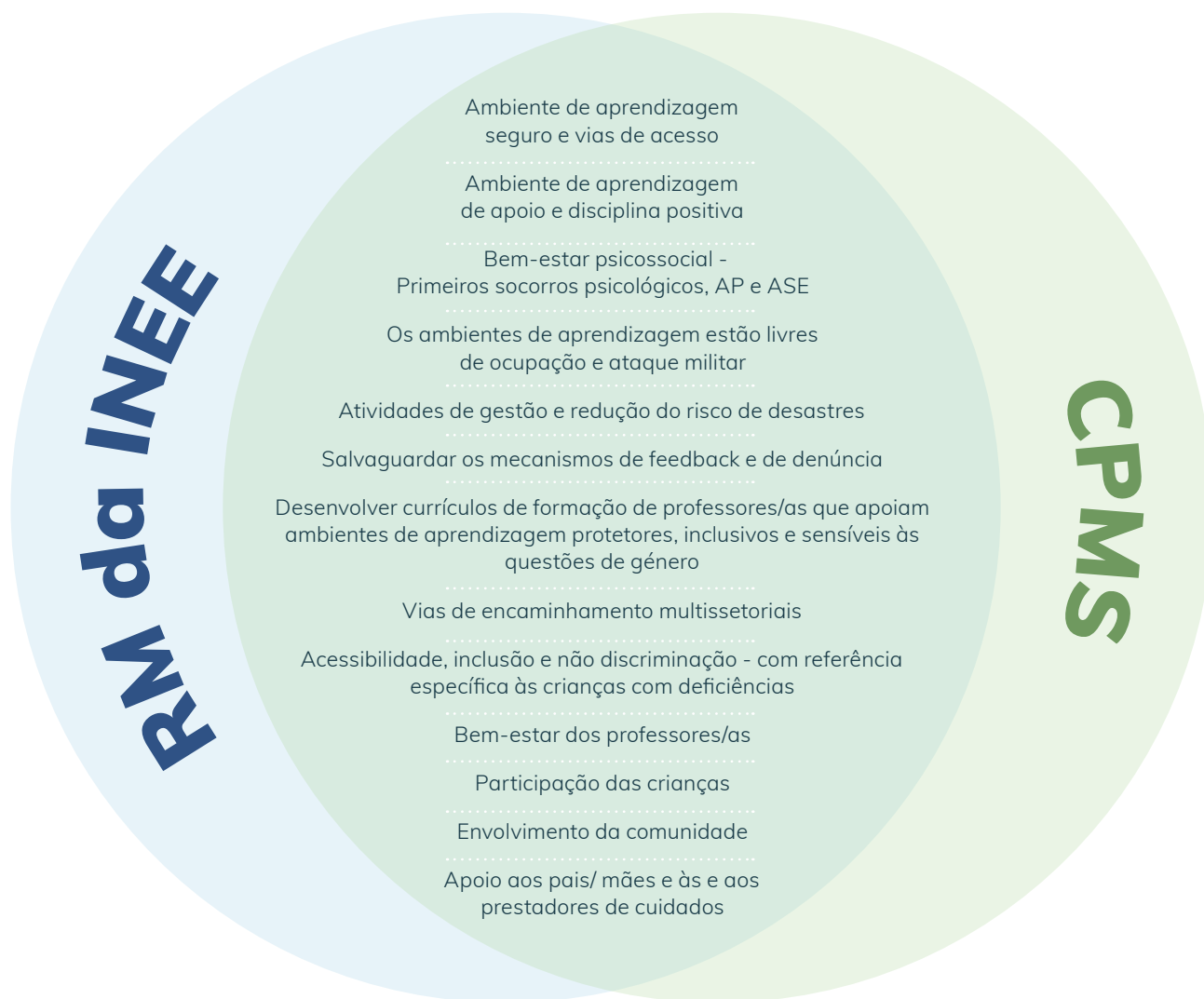
O reforço da colaboração entre os atores da proteção da criança e da educação pode:

- Fortalecer a resiliência das crianças;
- Apoiar o desenvolvimento psicossocial, cognitivo e físico;
- Mitigar os riscos de proteção;
- Apoiar as relações positivas entre pares e a coesão social; e
- Promover competências de sobrevivência essenciais que apoiem as capacidades e a confiança das crianças (The Alliance for CPHA, 2019).

Os RM da INEE, por sua vez, abarcam a Proteção da Criança sob o Domínio de Acesso e Ambiente de Aprendizagem, Requisito 2: Proteção e Bem-Estar que visa garantir que:

Os ambientes de aprendizagem são seguros e protegidos, e promovem a proteção e o bem-estar psicossocial dos alunos/as, professores/as e outros técnicos de educação.

Considerando o conteúdo dos respetivos requisitos de cada RM, já é possível traçar um consenso na “sobreposição” de atividades e no foco de atuação intersetorial:



Essa “sobreposição” dá-nos um foco claro para o desenvolvimento de uma estrutura de colaboração que apoia o desenho de programas integrados de forma sistemática, na qual podemos basear-nos usando evidências adicionais da análise documental.

RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

EVIDÊNCIAS FUNDAMENTAIS

Dos recursos analisados, apenas 42% citaram ou foram baseados em evidências para confirmar as suas conclusões ou asserções. Em geral, isto baseou-se em estudos específicos do projeto. Há uma lacuna notável em evidências mais amplas geradas em contextos de emergência ou crise que destacam o valor agregado da integração entre os setores, especialmente em termos de resultados para as crianças. No entanto, vários estudos fornecem algumas evidências que ilustram os benefícios do desenho de programas integrados a um nível básico.

Numa análise do programa “Aprender a Ler numa Sala de Aula de Cura” do Comité Internacional de Resgate da República Democrática do Congo, Aber et al. mostram que uma recente meta-análise de mais de 200 programas de aprendizagem socioemocional (ASE) baseada na escola nos Estados Unidos e noutros países de altos rendimentos mostram que tais programas são uma abordagem viável e eficaz para melhorar os resultados académicos e socioemocionais (Durlak, Weissberg, Dymnicki, Taylor e Schellinger, 2011). “Os resultados do estudo fornecem evidências, em primeiro lugar, de que melhorar o cuidado e o apoio das ecologias escolares pode ser um alvo viável e promissor para os esforços baseados na escola para melhorar a aprendizagem em Contextos Afetados por Conflitos.” Além disso, “... estes resultados sugerem que compreender como melhorar os níveis de literacia das crianças parece exigir atenção aos processos familiares e aos processos de sala de aula/escola além do apoio e previsibilidade das ecologias escolares” (Aber, et al., 2016).

Num mapeamento de 2018 feito pelo Grupo de Trabalho da INEE sobre Advocacy, a sua análise questiona os benefícios percebidos e alerta sobre os riscos associados à colaboração entre os setores:

“Tanto o campo da EeE como da Proteção da Criança afirmam que a educação é protetora porque: (1) oferece proteção física, psicossocial e cognitiva; (2) dá às crianças uma sensação de esperança e de estabilidade; (3) proporciona às crianças o acesso a outros serviços essenciais e vitais; (4) reforça a coesão social e apoia os esforços no sentido de uma resolução de conflitos e consolidação da paz; (5) apoia a igualdade de género e oferece às mulheres e raparigas, que são frequentemente marginalizadas, as competências para se auto-capacitarem; e (6) melhora o bem-estar das crianças a longo prazo. Apesar do impacto positivo da educação em situações de emergência, a maioria da literatura sugere que a educação não é, por definição, protetora e que pode representar potenciais riscos. A educação pode ser usada para alimentar a intolerância e o preconceito, e exacerbar a injustiça e discriminação existentes. A infraestrutura da educação também pode ser utilizada para fins militares, tornando as escolas propensas a ataques (Tebbe, 2015; UNESCO, 2011). Além disso, as escolas podem ser locais onde ocorre a exploração sexual e laboral de crianças, sendo que os percursos para a escola podem sujeitar as crianças à violência e a ferimentos. As medidas de prevenção e proteção rigorosas são, portanto, necessárias para criar um ambiente de aprendizagem seguro para todos os alunos e todas as alunas, no qual podem continuar a receber uma

educação de qualidade em tempos de situações de emergência” (INEE, 2018).

Uma das melhores maneiras de conceptualizar os benefícios gerais do desenho de programas integrados é através da ótica do bem-estar da criança. 47% dos recursos tinham como foco o bem-estar da criança, explícita ou implicitamente, e foram capazes de citar melhorias no bem-estar da criança por meio de alguma forma de integração ou colaboração. Numa Revisão da Literatura Rigorosa sobre Educação, Burde et al. analisaram os benefícios de um foco no bem-estar nos programas educativos em contextos afetados por crises:

“Muitas intervenções em países e regiões afetadas por crises tentam apoiar as crianças, os jovens e as suas famílias, ajudando a mitigar riscos e a promover o bem-estar psicossocial e a resiliência. Embora existam evidências robustas de investigação realizada nos Estados Unidos que mostra os efeitos de um leque amplo de intervenções no bem-estar das crianças, a investigação realizada em países afetados por crises está limitada principalmente a estudos de observação. Retiramos as seguintes conclusões deste trabalho.

- A. Em países ou regiões afetados por conflitos graves, há evidências promissoras quanto a apoiar as negociações da comunidade para proteger as escolas, os alunos/as e os professores/as de ataques.
- B. Em países ou regiões onde as populações vivem em contextos de crise prolongada, pós-conflito ou de desastres, há sólidas evidências quanto a apoiar as artes criativas e as terapias lúdicas, o desenvolvimento na primeira infância

e a prestação de serviços extras às pessoas mais vulneráveis (especialmente raparigas e crianças mais novas) como formas de melhorar o bem-estar. As evidências emergentes também sugerem que as crianças e jovens afetados por conflitos respondem menos bem, e às vezes adversamente, a terapias que se focam no trauma em vez de nos fatores de stress diários. As evidências emergentes mostram que, para a maioria das crianças e jovens afetados por conflitos ou desastres, as rotinas escolares melhoram a saúde mental e a resiliência.

- C. Há evidências robustas de países estáveis de rendimentos elevados que mostram que um ambiente de sala de aula positivo e a aprendizagem entre pares têm efeitos positivos sobre o bem-estar” (Burde, Guven, Kelcey, Lahmann, & Al-Abbadi, 2015).

A Assistência Humanitária da Comissão Europeia (ECHO, na sigla em inglês) também afirma como

“As intervenções de educação e proteção integradas oferecem oportunidades para prevenir e responder aos impactos negativos de uma crise no bem-estar psicossocial da criança. Isto, por sua vez, pode possibilitar que as crianças continuem a desenvolver as competências necessárias para estabelecer e manter relacionamentos e perspetivas essenciais que podem ser os alicerces da cura individual e coletiva, da resiliência e da coesão social. O AP e a ASE concentram-se no desenvolvimento holístico das crianças e são complementares nos seus objetivos e intervenções. No âmbito do setor da EeE, a ASE é uma importante componente sob o âmbito mais amplo do AP; as evidências indicam que ambos são importantes para possibilitar o regresso a uma participação ativa no processo de aprendizagem” (ECHO, 2019).

A Aliança também está a trabalhar nas definições e indicadores do Bem-estar da Criança, e os resultados deste trabalho estarão refletidos nos recursos desenvolvidos pelo projeto da Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE.

Esta evidência de base é crucial no apoio ao desenvolvimento de um Quadro de Colaboração, fornecendo a base lógica para a integração, e defendendo também a união entre os setores, a partir de uma perspetiva centrada na criança.

COMPONENTES DO PROGRAMA

Como na análise de Requisitos Mínimos de muitas outras intervenções, foram traçados os principais componentes de um desenho de programas de forma colaborativa e integrada. Muitos dos recursos referiam-se a um modelo específico de implementação, seja na forma de nota de orientação, revisão de programa, relatório de projeto ou estudo; outros continham orientações mais gerais ou posicionamentos políticos. A maior parte dos modelos específicos incluíram ou referenciaram o AP ou a ASE e a formação de professores e professoras, e foram ministrados através de um tipo de Educação Não-Formal, mas a maioria eram aplicáveis tanto à educação formal como à educação não-formal, dependendo do contexto.

Alguns exemplos práticos que estipulam as componentes fundamentais de um programa integrado incluem a orientação de sub-clusters de Proteção da Criança, como, por exemplo, o Noroeste da Síria:

A abordagem Integrada à Proteção da Criança e Serviços de Educação: os atores da proteção da criança e da educação devem lutar por uma atuação integrada na prestação de serviços. Cada local (seja uma escola, centro comunitário ou outro tipo de espaço) deve ter o objetivo de oferecer:

- A. Educação (tais como: educação não-formal, aprendizagem acelerada, aulas de recuperação)
- B. Programas de desenvolvimento de competências (tais como: competências de sobrevivência, formação vocacional)
- C. Apoio Psicossocial (tais como: programas de base curricular estruturados e sustentáveis; atividades recreativas supervisionadas)
- D. Encaminhamento de raparigas e rapazes em risco ou vítimas de situações de ameaça à proteção da criança para outros serviços especializados (como gestão de casos e aconselhamento). Isso pode ser oferecido no local ou por via de outro local/ator
- E. Mobilização e sensibilização comunitária associada aos serviços disponibilizados no local (tais como: sensibilização quanto às preocupações em torno da proteção da criança e educação sobre o risco de ameaças de explosão)
- F. Apoio aos pais/mães (por exemplo, programas parentais positivos de base curricular)
- G. Avaliação, monitorização e reporte conjuntos (Visão Geral sobre as Necessidades

Humanitárias, procurando evitar a duplicação no reporte de atividades, no âmbito dos indicadores aprovados no 4W – Ferramenta de reporte no âmbito do sistema de Clusters)

E PARA COX'S BAZAR:

Pack mínimo de serviços. “Um centro polivalente deve, no mínimo, oferecer os seguintes serviços”:

- Intervenções de Apoio Psicossocial Estruturado para crianças, adolescentes e/ou cuidadores/as
- Gestão de casos - 2 a 3 casos/trabalhadores/as sociais serão designados para cada centro e o local deve incluir um espaço confidencial / espaço de armazenamento de arquivos de casos, a partir dos quais os trabalhadores sociais possam trabalhar
- As atividades estruturadas para adolescentes, como clubes de adolescentes, atividades recreativas lideradas por adolescentes, bem como sessões de competências de vida
- Programas para mães/ pais ou outros cuidadores/as, como, por exemplo, sessões sobre parentalidade positiva
- Atividades para mecanismos de proteção da criança de base comunitária
- Educação básica e literacia (competências básicas) generalizadas através de atividades estruturadas (Cox's Bazar Child Protection Sub Cluster, 2019)

Outras organizações também desenvolveram componentes centrais eficazes de desenho de programas integrados, tais como o da Save the Children - Melhorar os Ambientes de Aprendizagem Juntos (ILET, sigla em inglês) em Situações de Emergência, e a Abordagem Comum das Escolas Seguras; Espaços Seguros de Recuperação e Aprendizagem do Comitê de Resgate Internacional, e o Programa de Melhoria da Aprendizagem e Caixa de Recuperação do Conselho Norueguês para os Refugiados: todos os quais contêm AP e/ou ASE, considerações sobre proteção da criança e focam-se no bem-estar das crianças. A Plan e a FCA também detalham componentes semelhantes nos seus modelos de programas para a EeE.

A Viva (anteriormente Crianças em situações de Emergência) simplificou as componentes básicas de desenho de programas integrados estipulados:

- A partilha de mensagens de proteção da criança como parte de programas de educação, por exemplo, sobre prevenção contra a separação e o tráfico, ou educação para os riscos colocados pelas minas

- Estabelecer mecanismos de encaminhamento com atores da proteção da criança
- Trabalho com atores da proteção da criança para facilitar espaços amigos das crianças e intervenções no âmbito da educação da primeira infância
- Trabalho com atores da proteção da criança para considerar como os programas de educação podem reduzir tensões e aumentar a coesão comunitária (Education: Integrating Child Protection, 2020)

Em geral, o foco programático das intervenções, políticas e estudos reside na integração da Proteção da Criança nos programas de EeE, sendo muito poucos o que fazem o contrário. No entanto, Nicolai e Tripplehorn também identificam como, ao abordar outros fatores externos da vida da criança, as organizações podem auxiliar a melhorar o acesso à educação. Estes podem ser abordados pela proteção da criança e pelo desenho de programas da proteção social.

“As barreiras ao acesso educativo devem ser identificadas e abordadas. Os programas educativos devem ter como objetivo a inclusão de todas as crianças. Isto implica a elaboração de programas que minimizem os impedimentos ao acesso, tais como pobreza, género, deficiência ou pertença a um grupo social ou étnico em particular. As iniciativas devem ser desenvolvidas para identificar crianças cuja educação tenha sido interrompida devido a um conflito, discriminação ou perseguição, e para as apoiar para que continuem e concluem a sua educação. Nos casos em que o custo impede a frequência, a educação deveria tornar-se gratuita, ou pelo menos subsidiada” (Nicolai & Triplehorn, The role of education in protecting children in conflict, 2003).

Mais especificamente, o Crescente Vermelho Turco, na sua Análise da Situação, sugere uma série de intervenções recomendadas em que os e as profissionais da proteção da criança se podem focar para apoiar os resultados educativos das crianças e jovens em situação de risco:

“Uma parte significativa dos esforços da proteção da criança consiste em atividades para crianças que se encontram fora da escola ou em risco de abandono escolar. Ao falar com crianças sem acesso à educação, crianças impossibilitadas de ir à escola regularmente, ou crianças que estejam em risco de perder o acesso à educação em breve, apesar de frequentarem a escola regularmente e as suas famílias, tentamos identificar e eliminar as

razões subjacentes a estes problemas.

Intervenções para a promoção da Escolarização

- Apoio Individual - Acompanhamento de Casos, Encaminhamento e Assistência Em Géneros
- Atividades de sensibilização e informação
- Advocacy
- Capacitação

Soluções e políticas recomendadas para crianças sem acesso à educação. [Existe a necessidade de] abordar:

- Trabalho infantil
- Problemas com a Integração na Escola
- Práticas Tradicionais Prejudiciais
- Administração Escolar/Condições Físicas
- Criança em Risco de Abandono Escolar
- Afastamento da Escola a Longo Prazo
- Bem-estar Psicossocial, Saúde e Deficiência
- Identidade/Documentação [em falta/perdida]
- Crianças Sem Acesso à Educação” (Turkish Red Crescent , 2019)

Estas intervenções são complementares às atividades identificadas como comuns nos Requisitos Mínimos, e ajudam-nos a ver a prática integrada a partir da perspectiva da proteção da criança - como integrar as considerações de educação na proteção da criança.

PRINCÍPIOS DE ORIENTAÇÃO

Algumas das notas de orientação que foram analisadas estabeleceram princípios de orientação para o desenho de programas integrados, aplicáveis a vários contextos, que possam suportar o desenvolvimento do Quadro de Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE.

O mais importante entre estes foi o Sub-cluster de Proteção da Criança Gaziantep e o Cluster de Educação que servem o norte da Síria:

- Desenvolver ações de advocacy junto de entidades doadoras para oportunidades de financiamento conjunto, salientando o resultado positivo de programas conjuntos e integrados.
- Sempre que possível, considerar avaliações conjuntas e multisetoriais que abranjam adequadamente o género, a diversidade e a inclusão.
- Explorar possibilidades de oportunidades conjuntas de formação intersetoriais

e interinstitucionais sobre componentes específicos como Primeiros Socorros Psicológicos, Código de Conduta e Proteção da Criança, Mitigação do Risco de VBG, etc.

- Garantir a colaboração entre as organizações, estabelecendo Espaços Amigos das Crianças e Espaços Temporários de Aprendizagem, garantido que são complementares e que não competem entre si (por exemplo, servir crianças diferentes com serviços diferentes).
- Desenvolver estratégias conjuntas de abordagem de questões relativas à Proteção da Criança que requeiram uma abordagem multisetorial (por exemplo, Trabalho Infantil que requer a Proteção da Criança, Educação, Subsistência, etc.).
- É muito importante que todos os atores envolvidos no trabalho com crianças compreendam os limites dos serviços que podem prestar. Estes NUNCA devem prestar serviços especializados de proteção da criança (como rastreio de família e reunificação, aconselhamento individual para sobreviventes de violência sexual, falar com empregadores para que libertem crianças do trabalho infantil... etc.) ou quaisquer outros serviços especializados, a menos que, por acaso, tenham sido especialistas em proteção da criança ou assistentes sociais. Por favor encaminhe estes casos para atores especializados da proteção da criança.

O Conselho Norueguês para os Refugiados do Afeganistão também destacou a aprendizagem do seu Programa de educação, sob uma perspectiva da proteção da criança:

- Desenvolver ações de advocacy para uma resposta mais forte aos riscos de proteção da criança no âmbito da educação nos grupos de trabalho da proteção da criança, proteção e educação.
- Envolver e promover ações de advocacy junto a atores armados, incluindo GANES [Grupos Armados Não Estatais] para a proteção e educação contra ataques.
- Prestar apoio psicossocial, competências de sobrevivência e sensibilização para o risco, tanto às crianças como aos pais/ mães.
- Fortalecer os esforços de base comunitária para envolver a comunidade na identificação de riscos para as crianças e estabelecer

estratégias de mitigação de risco (Norwegian Refugee Council, 2018).

A avaliação da UNICEF sobre a sua resposta ao Furacão Maria enfatiza fortemente o valor acrescentado dos programas integrados que, sendo também princípios de orientação, podem ser usados no apoio ao trabalho de advocacy:

1. Uma abordagem integrada aos direitos das crianças possibilita uma programação de custos eficaz, que apoia a promoção holística dos direitos das crianças, previne a duplicação e acelera a reconstrução em tempos de situações de emergência. Há uma necessidade crucial de serem desenvolvidos protocolos de emergência integrados para a proteção da criança e para a educação.
2. Em respostas a situações de emergência, uma mudança oportuna do estado de espírito para atividades de preparação podem criar elevados níveis de envolvimento com impacto a longo prazo, lidando, ao mesmo tempo, com as necessidades da situação de emergência. Durante períodos de resposta de emergência, a comunidade e as pessoas responsáveis a todos os níveis estão, frequentemente, recetivos a criar mudanças sistemáticas profundas. Impulsionar atividades de resposta de emergência possibilita um impacto a longo prazo.
3. As metodologias participativas e de base comunitária melhoram os resultados e criam um ponto de partida mais sólido para a preparação a longo prazo e para acontecimentos futuros.

SITUAR A INTEGRAÇÃO NO CONTEXTO MAIS AMPLO

Os argumentos a favor da integração entre a Proteção da Criança e a Educação em contextos humanitários é reforçada por diversos esforços recentes para reformar, refocalizar ou otimizar a arquitetura humanitária.

A NOVA FORMA DE TRABALHAR

Os resultados coletivos são uma componente essencial da [Nova Forma de Trabalhar \(NWOW, na sigla em inglês\)](#). Este esforço liderado pelas Nações Unidas é apoiado por uma ampla gama de atores humanitários e visa não só satisfazer as necessidades humanitárias, como também reduzir necessidades, riscos e vulnerabilidade. Os elementos pertinentes da NWOW incluem o que se segue:

- Análise dos riscos e contextos comuns, para criar um entendimento partilhado do contexto junto de todos os atores humanitários, de desenvolvimento, políticos e de segurança
- Uma diversa gama de parceiros que trabalham colaborativamente, com base nas suas vantagens comparativas
- Prazos multianuais para analisar, estabelecer estratégias, planear e financiar operações

Há muitos anos que os parceiros da Proteção da Criança na Ação Humanitária e da EeE defendem estratégias multianuais e fontes de financiamento que colmatam o fosso entre a resposta imediata e a ação a longo prazo. A integração entre os setores também apoiará o desenvolvimento conjunto das análises de contexto, de necessidades e de risco que contribuam para o estabelecimento de resultados coletivos.

NEXO ENTRE AÇÃO HUMANITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Os programas de assistência humanitária e de desenvolvimento não são necessariamente processos consecutivos: são necessários concomitantemente e devem coincidir, para melhor satisfazer as necessidades das populações afetadas. Para refletir esse entendimento, o conceito de um “nexo entre ação humanitária e desenvolvimento” ganhou proeminência. O termo concentra-se no trabalho necessário para abordar de forma coerente a vulnerabilidade das pessoas antes, durante e depois das crises, e requer a transformação do sistema de ajuda. O sistema atual está sobrecarregado e nem sempre há coordenação entre as intervenções humanitárias e as de desenvolvimento. Como resultado, o sistema nem sempre responde eficazmente às necessidades das pessoas mais vulneráveis.

O nexa é uma continuidade dos esforços de longa data nos campos humanitários e de desenvolvimento, tais como a “redução do risco de desastres” (RRD); “a ligação entre a reabilitação e o desenvolvimento da assistência”; o “plano de resiliência”; e a incorporação da sensibilidade às questões de conflito nas respostas, e é a base da Nova Forma de Trabalhar (NWOW, na sigla em inglês) da ONU, acima indicada.

Mais uma vez, um tema central é a ideia de “resultados coletivos” enquanto se trabalha em instituições e modalidades humanitárias e de desenvolvimento. Isto tem uma ressonância particular para o setor da educação, devido ao seu alcance em vários aspetos da vida de uma criança, e a análise da USAID destaca a forma como a integração do subsector da Proteção da Criança pode ajudar a unir o nexa através da promoção do bem-estar e da construção da resiliência:

O conceito de resultados coletivos é central para o pensamento atual sobre a coerência entre ação humanitária e desenvolvimento. O setor da educação tem o potencial de contribuir para resultados coletivos através da proteção (em tempos de maior risco e vulnerabilidade), promovendo o bem-estar e assegurando que as crianças e as/os jovens aprendam as competências básicas. Em contextos frágeis e afetados por conflitos, os programas de educação podem ser aproveitados para contribuir para a mitigação de conflitos, consolidação da paz e segurança. A educação desempenha também um papel crucial no fortalecimento da resiliência individual e comunitária. As comunidades resilientes precisam particularmente de dois tipos de capacidades - a capacidade adaptativa e a capacidade de abordar e reduzir os riscos - e a educação pode contribuir para ambos (USAID, 2012). Tanto em situações de emergência como em crises prolongadas, as escolas podem oferecer uma plataforma comunitária multissetorial que aprimora a preparação, a resposta e a reconstrução localizadas (Nicolai, Hodgkin, Mowjee, & Wales, 2019).

A INEE, o Cluster Global de Educação e o Programa de Educação Global trabalham atualmente num projeto conjunto que procura uma maior coerência nas respostas educativas em todo o nexa. O Projeto de Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE estará atento às conclusões deste trabalho e garantirá que as mesmas se refletirão em quaisquer resultados.

AGENDA DE LOCALIZAÇÃO

Há várias décadas que o setor humanitário procura uma resposta mais “local” às crises humanitárias. No entanto, além de alguns exemplos isolados, houve muito pouco progresso sistemático. Entre 2017 e 2019, o Grupo de Política Humanitária investigou a ação humanitária sob uma perspectiva de nível básico em quatro temas principais: capacidade e complementaridade, financiamento, dignidade e proteção. A partir dessa investigação, ficaram a saber que:

- A ação humanitária é sempre mais forte com ação local.
- A ação humanitária local e eficaz não se trata de um jogo de soma zero de papéis reduzidos para organizações humanitárias internacionais e papéis cada vez maiores para os atores locais.
- O poder é simultaneamente o maior recurso e o maior impedimento para uma ação humanitária local eficaz: as relações de poder inseridas nas estruturas humanitárias formais devem ser confrontadas e transformadas para refletir novas possibilidades (Fast & Bennett, 2020).

Ao trabalhar para uma maior integração entre a Proteção da Criança na Ação Humanitária e a EeE, é importante reconhecer não apenas as vantagens do desenho de programas, mas também o imperativo moral de aumentar as capacidades locais e melhorar a sustentabilidade de qualquer ação.

O projeto de Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE envolverá a Equipa Temática da INEE sobre Localização, bem como as iniciativas de capacitação da INEE e da Aliança para tentar reforçar a “localização” de quaisquer produtos/resultados.

PACTO GLOBAL SOBRE REFUGIADOS

O Pacto Global sobre Refugiados inclui compromissos sobre a redução de tempo durante o qual as crianças deslocadas ficam fora do sistema educativo e regressam à aprendizagem num período de três meses a partir do início de qualquer interrupção. O mesmo fornece um conjunto de princípios úteis para trabalhos relacionados com o desenho de programas integrados. Os trechos relacionados com a educação incluem:

68. De acordo com as leis, políticas e planeamento nacionais de educação, e em apoio aos países de acolhimento, os Estados e as partes interessadas relevantes contribuirão com recursos e experiência

para expandir e melhorar a qualidade e inclusão dos sistemas nacionais de educação, visando facilitar o acesso de refugiados e crianças da comunidade de acolhimento (quer rapazes, quer raparigas), adolescentes e jovens à educação primária, secundária e terciária. Será mobilizado apoio financeiro mais direto, assim como esforços especiais, para minimizar o tempo que as raparigas e os rapazes refugiados passam fora da escola, idealmente, um máximo de três meses após a chegada.

69. Consoante o contexto, o apoio adicional pode contribuir para expandir as instalações educativas (incluindo para o desenvolvimento na primeira infância e a formação técnica ou vocacional) e as capacidades de ensino (incluindo o apoio, conforme apropriado, às pessoas refugiadas e aos/às membros das comunidades de acolhimento que são ou podem ser envolvidos, tais como os professores/as, de acordo com as leis e as políticas nacionais). As áreas adicionais de apoio incluem esforços para responder às necessidades específicas de educação das pessoas refugiadas (inclusive através de “escolas seguras” e métodos inovadores, como a educação online) e superar os obstáculos à sua matrícula e frequência, inclusive através de programas de aprendizagem flexíveis certificados, especialmente para as raparigas, bem como para pessoas com deficiências e traumas psicossociais. Será fornecido apoio ao desenvolvimento e à implementação de planos nacionais do setor de educação que incluam pessoas refugiadas. Também será fornecido, quando necessário, apoio para facilitar o reconhecimento da equivalência de qualificações académicas, profissionais e vocacionais.

A ênfase no trabalho e no fortalecimento dos sistemas nacionais é crucial para o sucesso de qualquer ação, especialmente com os governos nacionais que lideram cada vez mais as respostas de EeE. O contexto humanitário está a mudar rapidamente, e isto talvez esteja mais fortemente evidenciado em crises prolongadas. Isto resulta em implicações para o trabalho integrado, exigindo que consideremos seriamente o papel das autoridades nacionais, os riscos de estabelecer sistemas paralelos, bem como a necessidade de envolver os parceiros de desenvolvimento para alcançar respostas sustentáveis que beneficiem todas as crianças e jovens, tanto os

que estão deslocados como os das comunidades de acolhimento.

PACTO GLOBAL PARA A MIGRAÇÃO

O Pacto Global para a Migração é o primeiro acordo global da ONU sobre uma abordagem comum para a migração internacional em todas as suas dimensões. O pacto global não é juridicamente vinculativo. Baseia-se em valores de soberania do estado, divisão de responsabilidades, não discriminação e direitos humanos, e reconhece que uma abordagem cooperativa é necessária para otimizar os benefícios gerais das migrações, abordando, ao mesmo tempo, os seus riscos e os desafios colocados aos indivíduos e às comunidades nos países de origem, trânsito e destino.

O pacto global compreende 23 objetivos para uma melhor gestão das migrações a nível local, nacional, regional e global. Os artigos de maior relevância para este projeto incluem:

23. f. Proteger as crianças desacompanhadas e separadas da família durante todas as fases da migração através do estabelecimento de procedimentos especializados para a sua identificação, encaminhamento, cuidado e reunificação familiar, e fornecer acesso a serviços de saúde, incluindo a saúde mental, educação, assistência jurídica e o direito de ser ouvidas em procedimentos administrativos e judiciais, incluindo a nomeação rápida de um/a tutor/a legal competente e imparcial, como meio essencial para abordar as suas vulnerabilidades e discriminação específicas, protegê-las de todas as formas de violência e fornecer-lhes acesso a soluções sustentáveis e orientadas para o seu superior interesse

31. f. Fornecer uma educação inclusiva e equitativa de qualidade às crianças e às/ aos jovens migrantes, bem como facilitar o acesso contínuo a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, inclusive fortalecendo as capacidades dos sistemas de educação e facilitando o acesso não-discriminatório ao desenvolvimento na primeira infância, à escolaridade formal, aos programas de educação não-formal às crianças para quem o sistema formal se encontra inacessível, à formação no trabalho e vocacional, à educação técnica e à formação em idiomas, bem como através da promoção de parcerias com todas as partes interessadas que podem apoiar este esforço

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um conjunto de 17 objetivos globais concebidos para ser um “modelo para alcançar um futuro melhor e mais sustentável para todos”. Reveste-se de particular importância o [ODS4](#): “Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades contínuas de aprendizagem ao longo da vida para todos”. O objetivo conta com uma série de artigos e indicadores que fazem referência a atividades protetoras e de proteção.

4.2, 4.2.1, 4.5, 4.7 / 4.7.1 e 4.A são importantes tanto para a proteção da criança como para a educação em situações de emergência - especialmente em relação aos aspetos de escolas seguras e não-violentas, ao desenvolvimento saudável e bem-estar psicossocial, à política e conteúdo educativo, à formação de professores/as e às abordagens pedagógicas.

Além disso, os objetivos de proteção da criança estão abrangidos nos ODS 5.2 (Acabar com a violência baseada no género), 5.3 (Acabar com as práticas prejudiciais de género e casamento precoce), 8.7 (Acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas) e 16.2 (Acabar com o abuso, a exploração, o tráfico e todas as formas de violência e tortura de crianças), que também apoiarão o desenvolvimento de quaisquer recursos da Proteção da Criança na Ação Humanitária-EeE.

REFERÊNCIAS

- Turkish Red Crescent. (2019). Situation Analysis of School Access and Attendance by Children under International and Temporary Protection in Turkey. Turkish Red Crescent Society. From <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/76477.pdf>
- Aber, J. L., Tubbs, C., Torrente, C., Halpin, P. F., Johnston, B., Starkey, L., . . . Wolf, S. (2016). Promoting children's learning and development in conflict-affected countries: Testing change process in the Democratic Republic of the Congo. In J. L. Aber, Promoting children's learning and development in conflict-affected countries: Testing change process in the Democratic Republic of the Congo. Cambridge University Press.
- Burde, D., Guven, O., Kelcey, J., Lahmann, H., & Al-Abbadi, K. (2015, 10). What Works to Promote Children's Education. Education Rigorous Literature Review, 1-84.
- Cox's Bazar Child Protection Sub Cluster. (2019, 10 06). Guidance on Multi-Purpose Child and Adolescent Centre. Cox's Bazar, Cox's Bazar, Bangladesh.
- ECHO. (2019, 3 28). Commission Staff Working Document Education in Emergencies in EU-funded Humanitarian Aid Operations. From European Commission: [https://ec.europa.eu/echo/files/news/190328%20SWD%20EiE%20in%20EU-funded%20Humanitarian%20Aid%20Operations%20SWD\(2019\)150%20final.pdf](https://ec.europa.eu/echo/files/news/190328%20SWD%20EiE%20in%20EU-funded%20Humanitarian%20Aid%20Operations%20SWD(2019)150%20final.pdf)
- Education: Integrating Child Protection. (2020). From Children in Emergencies Toolkit: <https://childreninemergencies.org/2019/01/18/education-mainstreaming/>
- Fast, L., & Bennett, C. (2020). From the ground up It's about time for local humanitarian action. Overseas Development Institute. From: From the ground up It's about time for local humanitarian action.
- Himmelman, A. T. (2002). Collaboration for a Change: Definitions, Decision-making Models, Roles, and Collaboration Process Guide. Minneapolis.
- INEE. (2018, 10). Where Child Protection and Education in Emergency Cross A mapping by the INEE Advocacy Working Group. New York, New York, USA.
- INEE Resources. (2020). Retrieved 2020 from Inter-agency Network for Education in Emergencies: <https://inee.org/resources>
- Nicolai, S., & Triplehorn, C. (2003, 3). The role of education in protecting children in conflict. From Overseas Development Institute : <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/520.pdf>
- Nicolai, S., Hodgkin, M., Mowjee, T., & Wales, J. (2019, 4). Humanitarian Development Coherence White Paper. USAID Contribution. From <https://www.eccnetwork.net/resources/humanitarian-development-coherence-white-paper>
- Norwegian Refugee Council. (2018). Education in Emergencies: Children in distress - A Child Protection Risk Analysis For NRC Afghanistan's Education Programme. Norwegian Refugee Council. From <https://www.nrc.no/resources/reports/education-in-emergencies-children-in-distressnew-page>
- Save The Children's Resource Centre. (2020). From Save The Children: <https://resourcecentre.savethechildren.net/>
- The Alliance for CPHA. (2019). Minimum Standards for Child Protection. From <https://handbook.spherestandards.org/en/cpms/#ch001>
- The Alliance Resources. (2020). Retrieved 2020 from The Alliance for child protection in humanitarian action: <https://alliancecpha.org/en/library-solr>
- Gaziantep Child Protection Sub Cluster & Education Cluster: Guidance on Multi-Purpose Child and Adolescent Centre
- Gaziantep Child Protection Sub Cluster, Standardized Guidelines for Integrating Psychosocial Support Services And Child Protection Into Education For Camp Schools In North Western Syria.
- Unicef East Caribbean 2018. Integrated Education-child Protection Emergency Programming, Dominica, Hurricane Maria Response 2018. Unicef